

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	59
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	60
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	61
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	342.726.580
Preferenciais	0
Total	342.726.580
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	2.658.006	2.944.657
1.01	Ativo Circulante	2.095.215	2.366.795
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	458.284	296.744
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.092	2.977
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.092	2.977
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	3.092	2.977
1.01.03	Contas a Receber	401.542	339.015
1.01.03.01	Clientes	374.444	308.818
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes - Cartões de créditos	382.483	308.818
1.01.03.01.03	Ajuste a valor presente	-8.039	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	27.098	30.197
1.01.03.02.01	Convenios a Receber	26.103	28.465
1.01.03.02.02	Comissões a Receber	995	1.732
1.01.04	Estoques	1.116.182	1.057.322
1.01.06	Tributos a Recuperar	46.800	62.120
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	46.800	62.120
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	69.315	608.617
1.01.08.03	Outros	69.315	608.617
1.01.08.03.01	Arrecadação de Recursos de Terceiros	7.723	9.482
1.01.08.03.04	Outros Créditos	53.175	45.244
1.01.08.03.06	Outros Créditos - Alienação de Participação Societária	0	440.084
1.01.08.03.07	Operações com Derivativos	8.417	113.807
1.02	Ativo Não Circulante	562.791	577.862
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	50.887	119.192
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	50.887	119.192
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	5.393	4.375
1.02.01.09.05	Outros Créditos	474	913
1.02.01.09.06	Operações com Derivativos	2.756	113.904
1.02.01.09.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	42.264	0
1.02.02	Investimentos	90.096	90.000
1.02.02.01	Participações Societárias	90.096	90.000
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	90.096	90.000
1.02.03	Imobilizado	404.157	353.451
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	404.157	353.451
1.02.04	Intangível	17.651	15.219
1.02.04.01	Intangíveis	17.651	15.219

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	2.658.006	2.944.657
2.01	Passivo Circulante	1.410.526	1.356.240
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	104.052	59.642
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	104.052	59.642
2.01.01.02.01	Salários e Férias a Pagar	104.052	59.642
2.01.02	Fornecedores	676.444	628.383
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	676.444	628.383
2.01.03	Obrigações Fiscais	81.450	62.218
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	36.346	24.390
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12.307	0
2.01.03.01.03	IRRF	2.317	6.383
2.01.03.01.04	INSS	14.898	12.823
2.01.03.01.05	FGTS	3.340	4.027
2.01.03.01.06	REFIS - IV	57	540
2.01.03.01.07	Refis - Lei 12.996/2014	3.427	617
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	44.262	37.074
2.01.03.02.01	ICMS	43.803	36.714
2.01.03.02.02	Outros impostos	459	360
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	842	754
2.01.03.03.01	ISS	193	43
2.01.03.03.02	Contribuição Sindical	649	711
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	511.938	562.960
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	367.268	447.047
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	367.268	447.047
2.01.04.02	Debêntures	144.670	115.913
2.01.05	Outras Obrigações	36.642	43.037
2.01.05.02	Outros	36.642	43.037
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	3.967
2.01.05.02.04	Arrecadação de Recursos de Terceiros	18.481	19.562
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	18.161	19.508
2.02	Passivo Não Circulante	350.934	705.427
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	321.509	684.518
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	321.509	576.305
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	321.509	576.305
2.02.01.02	Debêntures	0	108.213
2.02.02	Outras Obrigações	26.663	6.660
2.02.02.02	Outros	26.663	6.660
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições a recolher	26.663	6.660
2.02.03	Tributos Diferidos	0	11.487
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	11.487
2.02.04	Provisões	2.762	2.762
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.762	2.762
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	2.762	2.762
2.03	Patrimônio Líquido	896.546	882.990
2.03.01	Capital Social Realizado	382.727	382.727

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.02	Reservas de Capital	385.966	397.357
2.03.04	Reservas de Lucros	102.860	102.860
2.03.04.01	Reserva Legal	28.833	28.833
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	74.027	74.027
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	24.993	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	46

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.379.413	2.634.723	1.164.296	2.267.649
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-939.382	-1.824.756	-793.727	-1.563.506
3.03	Resultado Bruto	440.031	809.967	370.569	704.143
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-350.996	-663.729	-270.278	-532.922
3.04.01	Despesas com Vendas	-283.269	-543.699	-230.306	-455.980
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-71.082	-122.757	-40.328	-77.906
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.092	4.309	652	1.492
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-998	-1.678	-296	-528
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	261	96	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	89.035	146.238	100.291	171.221
3.06	Resultado Financeiro	-58.963	-123.912	-40.032	-77.988
3.06.01	Receitas Financeiras	189.974	378.156	90.865	185.786
3.06.02	Despesas Financeiras	-248.937	-502.068	-130.897	-263.774
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	30.072	22.326	60.259	93.233
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.853	2.621	-18.270	-25.260
3.08.01	Corrente	-28.643	-51.130	-2.389	-2.389
3.08.02	Diferido	19.790	53.751	-15.881	-22.871
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	21.219	24.947	41.989	67.973
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	21.219	24.947	41.989	67.973
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,07279	0,07279	0,14	0,23
3.99.01.02	ON	0,07279	0,07279	0,14	0,23

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	21.219	24.947	41.989	67.972
4.03	Resultado Abrangente do Período	21.219	24.947	41.989	67.972

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 30/06/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	67.899	-6.756
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	160.333	180.433
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	24.947	67.973
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	23.685	28.500
6.01.01.03	Capitalização dos Juros	-2.048	-714
6.01.01.04	Juros sobre financ. e empréstimos tomados	14.611	12.428
6.01.01.05	(Ganhos)/Perdas com operações de Swaps	216.539	-48.990
6.01.01.06	Variação Cambial	-147.204	79.751
6.01.01.07	Constituição (reversão) da provisão para contingências	0	-1.317
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social correntes	51.130	-2.389
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-53.751	22.871
6.01.01.10	Juros sobre debêntures	15.632	21.716
6.01.01.11	Realização do custo de captação das debêntures	551	604
6.01.01.12	Realização do custo de captação de financi. e empréstimos	829	0
6.01.01.13	Valor justo de financ. e empréstimos atrelados a instrumento de Hedge	8.331	0
6.01.01.14	(Ganhos)/Perdas com equivalência patrimonial	-96	0
6.01.01.15	Provisão para estoques obsoletos	7.177	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-38.808	-112.393
6.01.02.01	(Aumento) redução em arrecadação de recursos de terceiros	1.759	828
6.01.02.02	(Aumento) redução em contas a receber de clientes	-62.527	-35.764
6.01.02.04	(Aumento) redução nos estoques	-66.037	-9.588
6.01.02.05	(Aumento) redução nos impostos a recuperar	14.302	-5.031
6.01.02.06	(Aumento) redução em outros créditos	-7.492	-96.205
6.01.02.08	(Aumento) redução em fornecedores	48.061	4.148
6.01.02.09	(Aumento) redução em impostos e contribuições a recolher	-8.856	4.547
6.01.02.11	Aumento (redução) em salários e férias a pagar	44.410	21.881
6.01.02.12	Aumento (redução) em arrecadação de terceiros	-1.081	2.180
6.01.02.13	Aumento (redução) em outras contas a pagar	-1.347	611
6.01.03	Outros	-53.626	-74.796
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-3.039	0
6.01.03.02	Pagamento de empréstimos tomados - juros	-16.638	-21.883
6.01.03.03	Pagamento de empréstimo tomados - juros debêntures	-22.558	-52.913
6.01.03.04	Custo na emissão de títulos e valores mobiliários	-11.391	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-74.890	-41.438
6.02.03	Aquisição em outros investimentos	-115	-763
6.02.04	Aquisição de ativo imobilizado	-72.271	-37.726
6.02.05	Aquisição de intangível	-2.525	-2.961
6.02.06	Alienação de Imobilizado	21	12
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	168.531	43.699
6.03.01	Empréstimos tomados - Principal	0	228.833
6.03.02	Pagamento de empréstimos tomados - Principal	-188.585	-123.155
6.03.03	Juros sobre capital próprio pagos	-3.967	-1.979
6.03.04	Pagamento de debênture tomada - Principal	-79.001	-60.000
6.03.05	Integralização de capital	440.084	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	161.540	-4.495
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	296.744	288.996
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	458.284	284.501

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	382.727	397.357	102.860	0	46	882.990
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	382.727	397.357	102.860	0	46	882.990
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-11.391	0	0	0	-11.391
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-11.391	0	0	0	-11.391
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.993	-46	24.947
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.947	0	24.947
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	46	-46	0
5.05.02.06	Realização do ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	46	-46	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	382.727	385.966	102.860	24.993	0	896.546

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	340.000	0	123.969	0	129	464.098
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	340.000	0	123.969	0	129	464.098
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-24.675	0	0	-24.675
5.04.06	Dividendos	0	0	-24.675	0	0	-24.675
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.011	-38	67.973
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.973	0	67.973
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	38	-38	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	340.000	0	99.294	68.011	91	507.396

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	2.639.032	2.269.141
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.634.723	2.267.649
7.01.02	Outras Receitas	4.309	1.492
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.030.336	-1.708.321
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.792.936	-1.537.557
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-237.400	-170.764
7.03	Valor Adicionado Bruto	608.696	560.820
7.04	Retenções	-23.685	-28.500
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23.685	-28.500
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	585.011	532.320
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	45.871	12.080
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	96	0
7.06.02	Receitas Financeiras	45.775	12.080
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	630.882	544.400
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	630.882	544.400
7.08.01	Pessoal	324.710	264.166
7.08.01.01	Remuneração Direta	275.066	224.652
7.08.01.02	Benefícios	28.698	22.746
7.08.01.03	F.G.T.S.	20.946	16.768
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	100.118	91.310
7.08.02.01	Federais	94.227	86.498
7.08.02.02	Estaduais	2.137	1.815
7.08.02.03	Municipais	3.754	2.997
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	181.107	120.951
7.08.03.01	Juros	93.714	50.690
7.08.03.02	Aluguéis	87.393	70.261
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	24.947	67.973
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	24.947	67.973

Comentário do Desempenho**Comentário de Desempenho 2T16**

Fortaleza, Ceará, 10 de agosto de 2016. Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia" ou "Pague Menos"), única rede do varejo farmacêutico brasileiro presente em todos os estados do Brasil, inclusive no Distrito Federal, e que leva saúde a mais de 320 municípios brasileiros, anuncia seus resultados financeiros e operacionais referentes ao trimestre findo em 30 de Junho de 2016.

Principais Destaques

- **Novas lojas:** Abrimos 40 lojas e encerramos 3, finalizando o trimestre com 886 lojas;
- **Receita Bruta¹:** R\$ 1,45 bilhões, crescimento de 24,4%;
- **Same Store Sales:** Crescimento de 15,8% em relação ao 2T15 (12,3% lojas maduras);
- **Margem Bruta:** 30,3% da Receita Bruta, crescimento de 18,7% em relação ao 2T15;
- **EBITDA Ajustado:** R\$ 120,4 milhões, crescimento de 9,9% sobre 2T15;
- **Lucro Líquido Ajustado:** R\$ 33,9 milhões, 19,2% inferior ao 2T15;

Destaques Financeiros (em R\$ mil)	2T15	2T16	T / T
Receita Bruta¹	1.167.777	1.453.143	24,4%
Lucro Bruto	370.569	440.031	18,7%
Margem Bruta	31,7%	30,3%	-1,4 p.p.
EBITDA Ajustado	109.580	120.374	9,9%
Margem EBITDA Ajustada	9,4%	8,3%	-1,1 p.p.
Lucro Líquido Ajustado	41.990	33.914	-19,2%
Margem Líquida Ajustada	3,6%	2,3%	-1,3 p.p.

Destaques Operacionais	2T15	2T16	T / T
# de Lojas fim do período	771	886	115
# de Atendimentos (em milhões)	25.345	28.239	11,4%
Ticket Médio (em R\$)	46,08	51,46	11,7%

Expansão da Rede

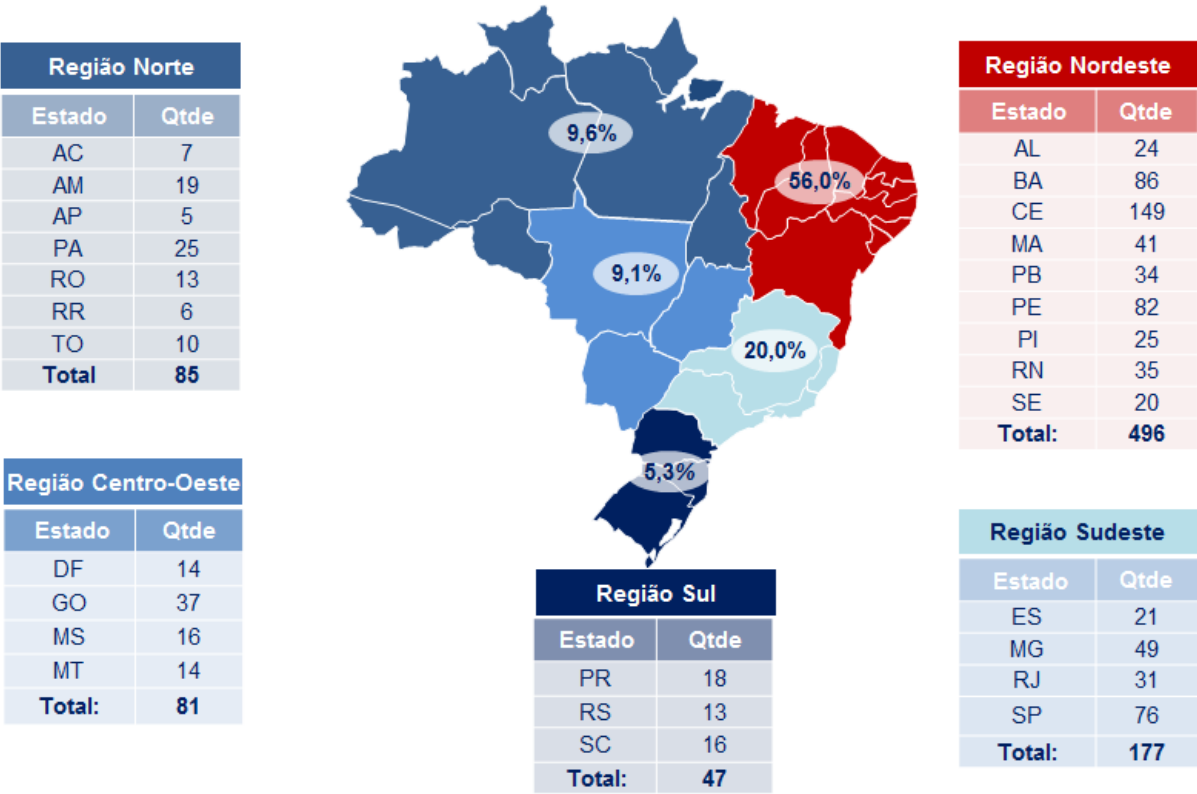
Inauguramos 40 novas lojas e encerramos 3 no 2º trimestre de 2016, finalizando o período com 886 lojas distribuídas em mais de 320 municípios espalhados por todo o Brasil. Foram realizadas reformas em 6 lojas e, no fim do trimestre, tínhamos 77 novas lojas em construção.

Ao final do período, possuíamos 33,4% das nossas lojas em estágio de maturação (lojas com até 3 anos), ou seja, ainda sem contribuir com 100% do seu potencial de receita e rentabilidade. Nosso share de lojas maduras diminuiu 72 bps, saindo de 67,3% no 2T15 para 66,6% no 2T16.

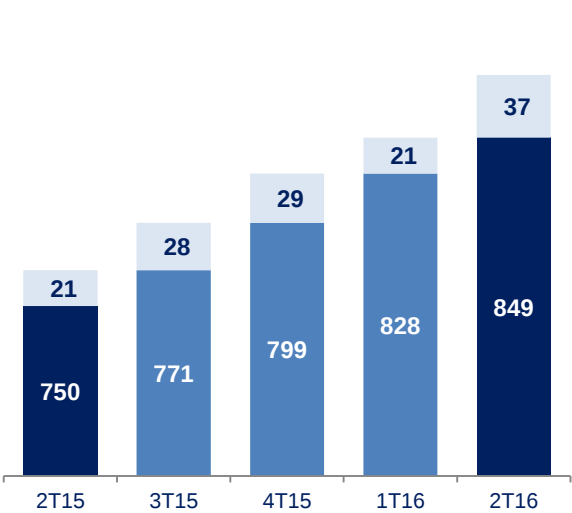
¹ Receita Bruta ajustada para refletir os serviços de recarga de celulares líquidos dos repasses às operadoras.

Comentário do Desempenho

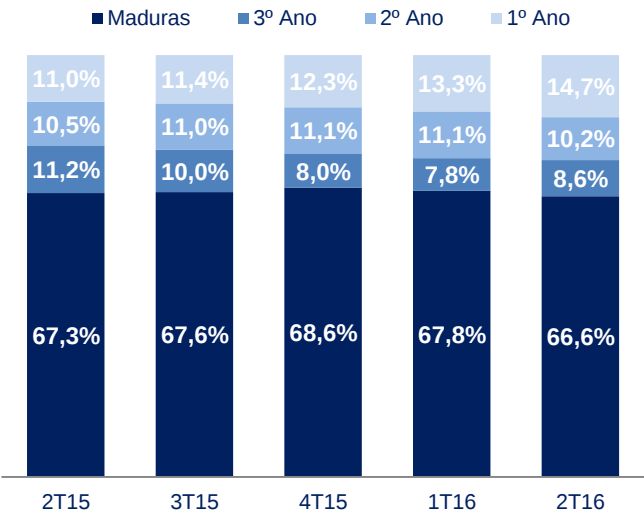
No encerramento do trimestre, nossas lojas estavam distribuídas conforme o mapa abaixo²:



Novas Lojas



Perfil Etário das Lojas

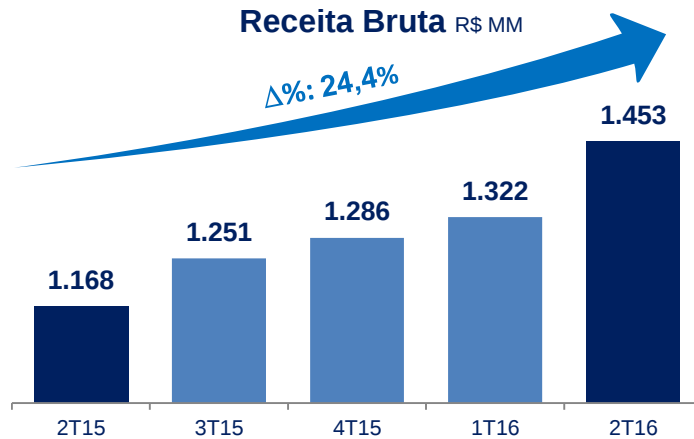


² % de Lojas por Região

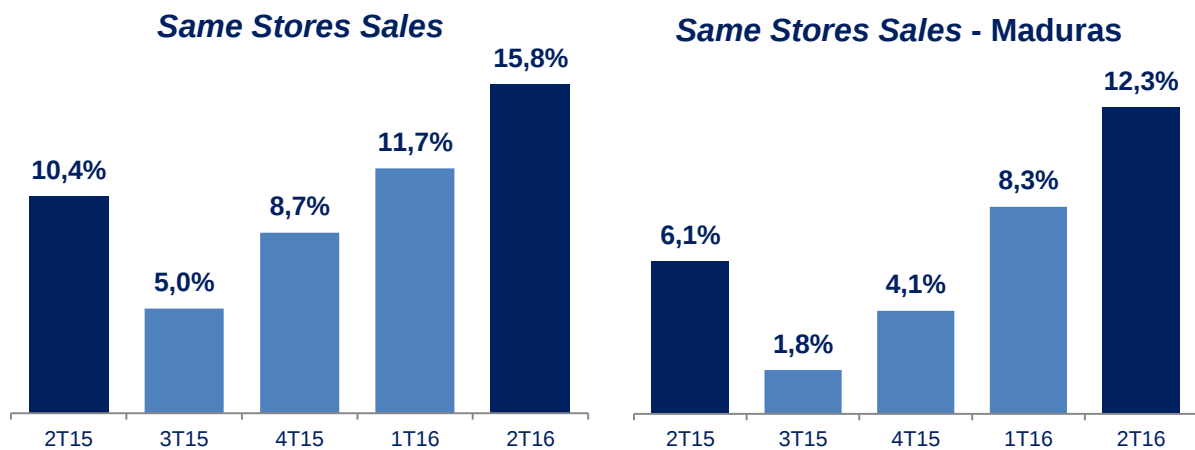
Comentário do Desempenho

Receita Bruta de Vendas³

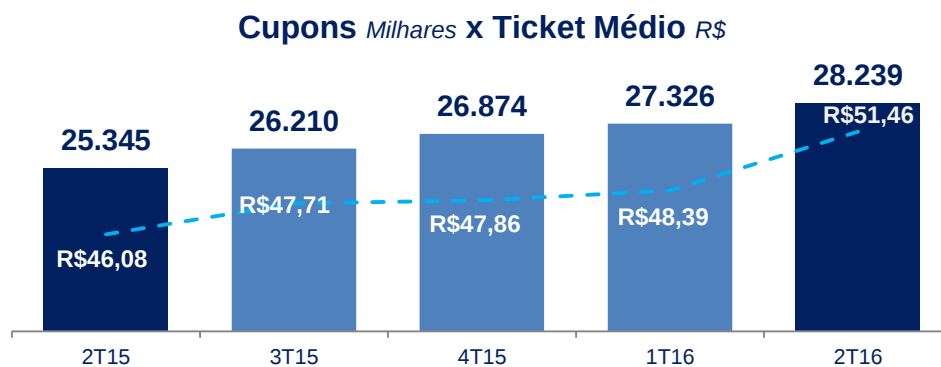
Nossa Receita Bruta em 2T16 somou R\$ 1,453 bilhões, registrando crescimento de 24,4% em relação ao 2T15.



O crescimento nas vendas de mesmas lojas (*Same-Store Sales*) foi de 15,8% enquanto o de lojas maduras foi de 12,3% no mesmo período.



O número de cupons emitidos no 2T16 obteve crescimento de 11,4% enquanto o *ticket* médio cresceu 11,7% no 2T16, passando de R\$ 46,08 para R\$ 51,46 na comparação trimestral.

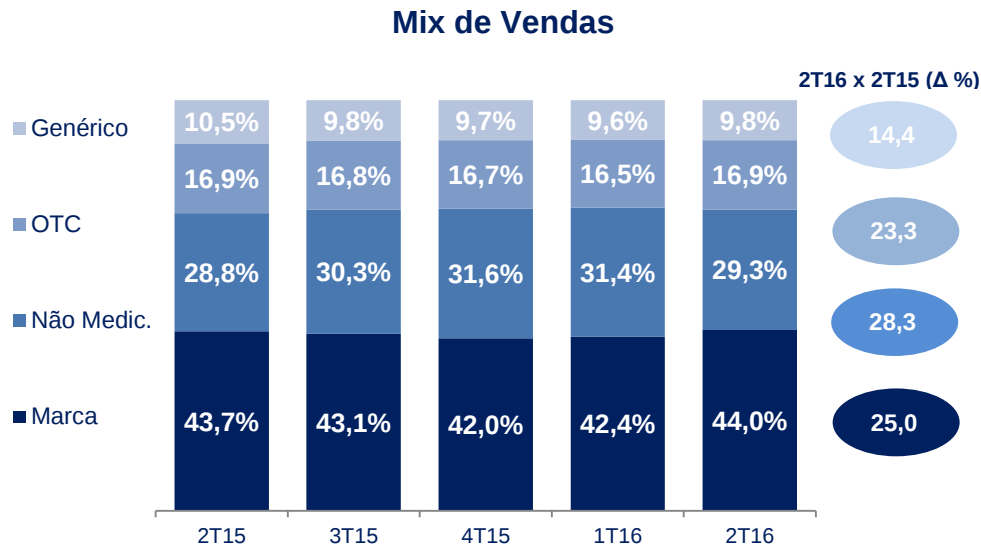


³ Receita Bruta ajustada para refletir a serviços de recarga de celulares líquida de repasses às operadoras.

Comentário do Desempenho

Mix de Vendas

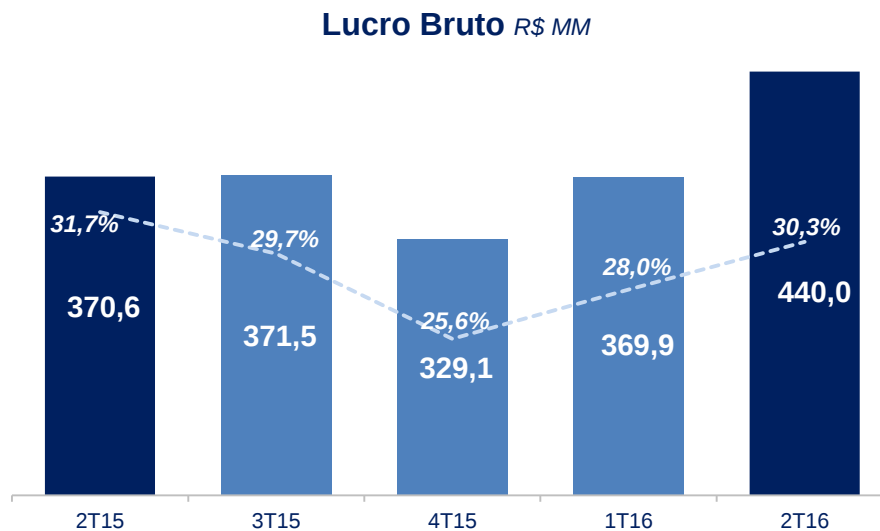
No 2T16, a venda de Não Medicamentos cresceu 28,3% em relação ao 2T15, mantendo assim, sua tendência de crescimento de *share* no *mix* total de vendas, 50bps em comparação com o 2T15. Os Genéricos e OTC's, por sua vez, apresentaram crescimento de 14,4% e 23,3%, respectivamente. As vendas de Medicamentos de Marca cresceram 25,0%.



Lucro Bruto e Margem Bruta

O Lucro Bruto atingiu R\$ 440,0 milhões no 2T16, crescimento de 18,7% ante 2T15, quando totalizamos R\$ 370,6 milhões. A Margem Bruta⁴ foi de 30,3%, retração de 140bps em comparação com o 2T15.

O Lucro Bruto do 4T15 reflete valores ajustados devido ao aprimoramento contábil descrito no Relatório da Administração de 2015.



⁴ Sobre a Receita Bruta

Comentário do Desempenho

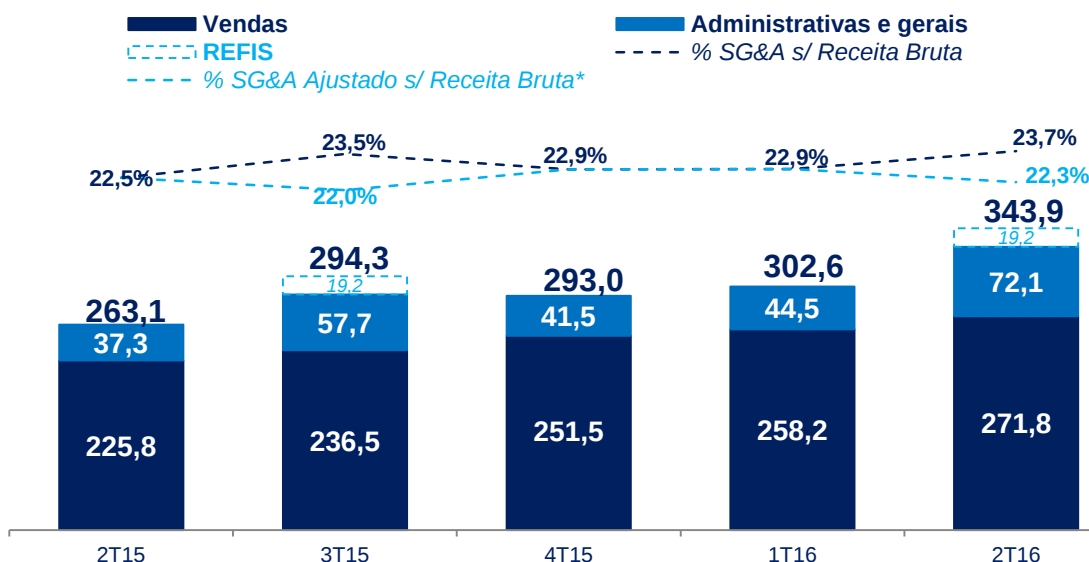
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas⁵ (SG&A)

No 2T16 as **Despesas com Vendas** cresceram 20,3% em comparação com o 2T15, somando R\$ 271,8 milhões, equivalentes a 18,7% da Receita Bruta.

As **Despesas Gerais e Administrativas**, por sua vez, somaram R\$ 72,1 milhões no ano, equivalentes a 5,0% da Receita Bruta. Neste grupo de despesas estão registrados R\$ 19,2 milhões referentes a débitos fiscais de anos anteriores incluídos no programa REFIS, ocorrido no mês de junho/16. No 3T15 também aderimos ao REFIS no valor de R\$ 19,2 milhões conforme apresentado no ITR correspondente a esse trimestre.

As **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas**⁶ (SG&A) somaram R\$ 343,9 milhões ou representando 23,7% da Receita Bruta, incremento de 30,7% se comparadas ao 2T15.

As altas são explicadas pela (i) abertura de novas lojas; (ii) adesão ao Programa REFIS; (iii) custo com aluguéis das mesmas lojas e matriz e (iv) os reajustes nas tarifas de energia das mesmas lojas e matriz.



*Excluindo efeito REFIS.

EBITDA Ajustado

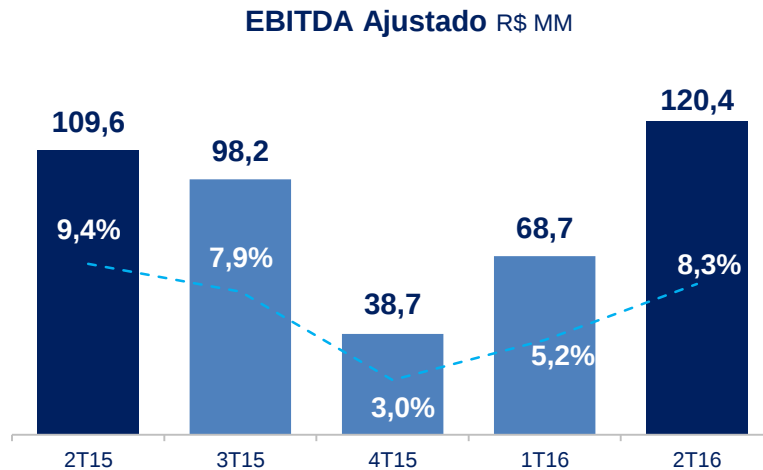
No 2T16, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 120,4 milhões, aumento de 9,9% sobre 2T15 e margem Ebitda Ajustada de 8,3%, redução de 110bps em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Nos valores apresentados no gráfico por trimestre abaixo, o Ebitda do 3T15 e do 4T15 estão ajustados desconsiderando o efeito do REFIS no 3T15 e 2T16. Há também um ajuste do aprimoramento de estimativa contábil registrado no 4T15 descrito no Relatório da Administração de 2015.

⁵ Na divulgação dos resultados de 2015 efetuamos reclassificações entre as Despesas com Vendas e Administrativas, onde passamos a contabilizar em Despesas com vendas os gastos operacionais de lojas (despesas de pessoal, utilidades e serviços, impostos e contribuições, ocupação, outras e gastos com entrega a domicilio, que estavam registrados no CMV) e em Despesas Administrativas e Gerais os gastos com suporte à operação (gastos com a equipe da matriz e escritórios regionais).

⁶ Os valores de Depreciação e Amortização não estão considerados neste grupo.

Comentário do Desempenho



Depreciação e Amortização, Resultado Financeiro e Impostos

As despesas com Depreciação somaram R\$ 12,4 milhões no 2T16 (R\$ 9,2 milhões no 2T15), equivalente a 0,9% da Receita Bruta e aumento de 5bps sobre 2T15.

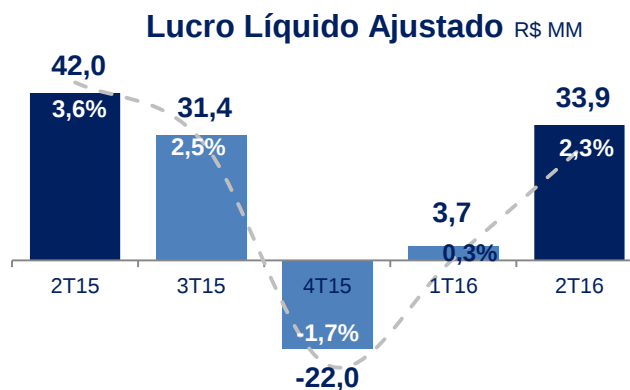
O Resultado Financeiro líquido do trimestre ficou negativo em R\$ 58,9 milhões, variação de 47,3% sobre os R\$ 40,0 milhões do 2T15. Tal resultado reflete, principalmente, o maior ajuste de AVP (sem efeito caixa) no período e devido ao início da vigência do Decreto nº 8.426/2015, Lei nº. 10865/2004 que incide na cobrança de PIS e Cofins sobre receitas financeiras a partir de julho/2015, ocasionando um acréscimo de R\$ 4,8 milhões. Vale ressaltar que em 1º de julho de 2015, a companhia adotou a contabilidade de hedge a valor justo com o intuito de amenizar a diferença entre a mensuração por competência e o swap que é contabilizado a valor de mercado. Consequentemente, o impacto do custo da dívida no Resultado Financeiro da companhia reflete basicamente o DI + spread médio do período.

Com relação aos Impostos sobre o lucro, no 2T16 tiveram variação positiva de R\$ 3,1 milhões em relação ao mesmo período do 2T15 em função dos impostos diferidos (diferenças temporárias a maior).

Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

O Lucro Líquido Ajustado no 2T16 foi de R\$ 33,9 milhões, uma redução de 19,2% em comparação com o 2T15, a margem líquida ajustada foi de 2,3%, redução de 130bps em relação ao 2T15.

Nos valores apresentados no gráfico abaixo, o Lucro Líquido do 3T15, 4T15 e 2T16 estão ajustados. No 3T15 e 2T16 está desconsiderando o efeito do REFIS e no 4T15, o aprimoramento de estimativa contábil descrito no Relatório da Administração de 2015.

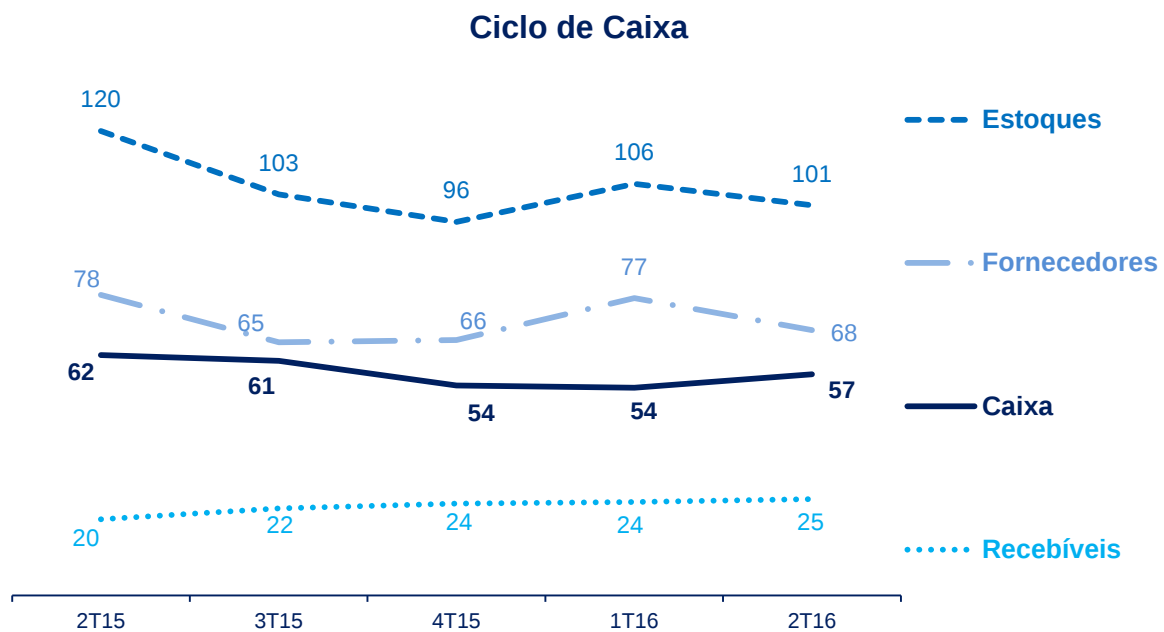


Comentário do Desempenho

Ciclo de Caixa

Nosso Ciclo de Caixa no 2T16 foi de 57 dias, 5 dias a menos que o realizado em 2T15. O Prazo Médio de Recebimento saiu de 20 dias no mesmo período do ano passado para 25 dias no 2T16, esse incremento ocorreu devido a não realização de antecipações de vendas com cartões de crédito no 2T16. O Prazo Médio de Pagamentos reduziu 10 dias (de 78 para 68 dias), sendo que essa redução ocorreu pois no 2T15 houve atraso dos fornecedores na entrega dos estoques para a pré-alta, o que não ocorreu no 2T16. O Prazo Médio de Estoques reduziu em 19 dias, saindo de 120 para 101 dias, essa redução ocorreu devido uma melhor gestão de categorias e redução do *lead time* logístico.

Para o cálculo do Prazo Médio de Estoques e do Prazo Médio de Pagamento de Fornecedores foram desconsiderados o AVP (Ajuste a Valor Presente) componente em ambas as contas, conforme as Notas Explicativa nºs. 08 e 14, verbas comerciais, bem como também foram desconsiderados os valores dos Créditos por Devoluções no grupo de Fornecedores, inclusive seus efeitos retroativos para fins de comparação.



Fluxo de Caixa

Registramos Fluxo de Caixa Operacional negativo de R\$ 37,0 milhões no 2T16, principalmente em função das aplicações de recursos para pagamento dos estoques adquiridos na pré-alta e outros passivos.

O Fluxo de Caixa de Investimentos, por sua vez, consumiu R\$ 38,0 milhões no 2T16 ante R\$ 22,2 milhões no 2T15. Este consumo é explicado pela abertura das 37 lojas no período.

Desta forma, registramos fluxo de caixa livre negativo de R\$ 75,1 milhões no período e de R\$ 1,3 milhões em 2T15.

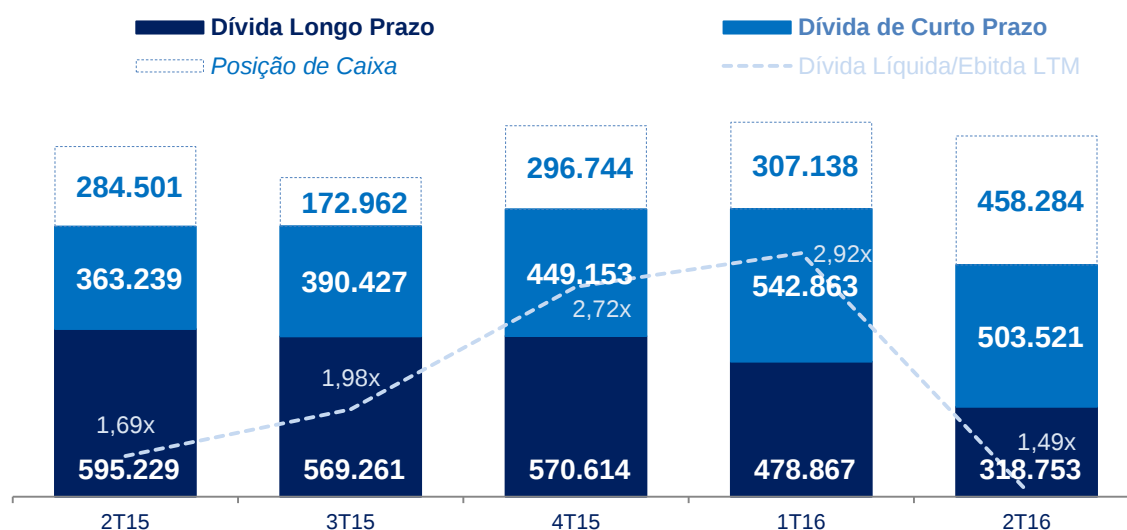
O Fluxo de Caixa de Financiamento ficou positivo em R\$ 233,2 milhões, principalmente em função da integralização de capital do fundo General Atlantic ocorrida no mês de abril e liquidação de parte dos financiamentos.

Comentário do Desempenho

Fluxo de Caixa R\$ MM	2T15	2T16
Lucro Líquido	42,0	21,2
(+) Depreciação e Amortização	9,3	12,4
(+/-) Variação de Capital de Giro	-28,9	(42,1)
(+/-) Variação de Outros Ativos	(31,3)	(17,7)
(+/-) Variação de Outros Passivos	15,3	2,1
(+/-) Ajuste para variação não caixa	14,6	(12,9)
(=) Fluxo de Caixa das Operações	20,9	-37,0
(-) Capex	(20,1)	(36,7)
(-) Adição de Intangíveis	(2,1)	(1,3)
(=) Fluxo de Caixa de Investimentos	-22,2	-38,0
Fluxo de Caixa Livre	-1,3	-75,1
(+/-) Variação na Dívida de LP e CP	52,9	(195,5)
(-) Dividendos / Juros s/ Capital Próprio	(0,7)	0,0
(+) Integralização de capital	0,0	428,7
(=) Fluxo de Caixa de Financiamento	52,3	233,2
Caixa e Equivalentes Saldo Anterior	258,5	296,7
(+/-) Geração de Caixa	26,0	151,1
(=) Caixa e Equivalentes Saldo Final	284,5	447,9

Endividamento

A Dívida Líquida no 2T16 encerrou em R\$ 364,0 milhões, redução de R\$ 310,0 milhões ante o fechamento do 2T15. O perfil do nosso endividamento continua abaixo do valor limite exigido pelos credores, apresentando relação Dívida Líquida sobre o EBITDA dos últimos 12 meses de 1,49x. Caixa e Equivalentes sobre Dívida de Curto prazo foi de 91,0% e Dívida de Curto Prazo sobre Dívida Total de 61,2%.



Comentário do Desempenho

Audidores Independentes

A empresa KPMG Auditores Independentes foi contratada para auditar e revisar as informações intermediárias relativas aos trimestres findos em 31 de março e 30 de junho de 2016, e não prestou serviços conflitantes, conforme disposto na Instrução CVM 308. As informações não financeiras da Companhia, bem como as expectativas da Administração quanto ao seu desempenho futuro, não foram auditadas pela KPMG.

A Administração reconhece que os referidos serviços não comprometeram a independência dos citados auditores, pois trataram-se de serviços de *compliance* logístico e tributário com o foco em revisão/diagnóstico dos impactos tributários sobre a operação da empresa.

Declaração da Diretoria

Os diretores de Empreendimentos Pague Menos S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as divulgações apresentadas relatórios trimestrais referentes ao período findo em 30 de junho de 2016 e do correspondente período comparativo.

Fortaleza, 10 de agosto de 2016.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Fortaleza, Estado do Ceará, e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e como atividade secundária o recebimento de contas como correspondente bancário.

A Empreendimentos Pague Menos S.A. obteve seu registro de Companhia aberta, na categoria “A”, junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 21 de outubro de 2011.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações trimestrais foram preparadas de acordo com as *Normas Internacionais de Relatório Financeiro* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a emissão dessas informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2016 foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2016.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas informações trimestrais de acordo com as normas IFRS e do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Itens significativos sujeitos a esses julgamentos, estimativas e premissas incluem:

- **Nota explicativa 9** - reconhecimento e mensuração de provisão para perdas em estoques;
- **Nota explicativa 11** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 15** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Nota explicativa 20** - classificação de arrendamento mercantil;
- **Nota explicativa 22** - reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Notas Explicativas

- **Nota explicativa 26** - receita de comissão: determinação se a Companhia atua como um agente na transação e não como principal;

d. Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela mensuração dos instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados a valor justo.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações trimestrais foram aplicadas de maneira consistente com aquelas divulgadas na mesma nota explicativa 3 das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

4 Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes, relativos à informações trimestrais do período findo em 30 de junho de 2015, originalmente apresentados nas informações trimestrais daquele período, estão sendo reapresentados, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme demonstrado a seguir:

	30.06.2015		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Receita operacional líquida	2.267.649	-	2.267.649
Custos das mercadorias vendidas	(1.537.557)	(25.949)	(1.563.506)
Lucro bruto	730.092	(25.949)	704.143
(Despesas) receitas operacionais			
Outras receitas	1.492	-	1.492
Despesas com vendas	(42.059)	(413.920)	(455.980)
Despesas administrativas e gerais	(517.776)	439.870	(77.906)
Outras despesas	(528)	-	(528)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	171.221	-	171.221
Receitas financeiras	185.786	-	185.786
Despesas financeiras	(263.774)	-	(263.774)
Despesas financeiras, líquidas	(77.988)	-	(77.988)
Resultado antes dos impostos	93.233	-	93.233
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.389)	-	(2.389)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(22.871)	-	(22.871)
Lucro líquido do período	67.973	-	67.973

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, certos custos e despesas estavam registrados integralmente na rubrica de despesas administrativas. Com a revisão pela Administração do processo de alocação das despesas por centros de custo, iniciada em 2012 e, com a implantação do sistema SAP, foi possível a partir do exercício de 2015, a Companhia identificar tais custos e despesas por função tanto para o exercício corrente quanto para o período correspondente comparativo. Desta forma, as reclassificações acima referem-se à realocação de despesas administrativas e gerais para custos das mercadorias vendidas e despesas com vendas.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2016	31.12.2015
Caixa e bancos	18.808	29.063

Notas Explicativas

Aplicações financeiras de curto prazo	439.476	267.681
Total	458.284	296.744

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, e estão destinadas à utilização imediata nas operações da Companhia.

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente à renda fixa, lastreados a CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras e remunerados a taxas que variam entre 92,0% e 102,3% (com uma média ponderada no período de 100,6%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Por essa razão, a Companhia considerou esses ativos circulantes como caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados na demonstração do fluxo de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia.

6 Arrecadação de recursos de terceiros

O saldo da conta Arrecadação de recursos de terceiros, no ativo circulante, corresponde aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, onde a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em sua rede de farmácias, e que devem ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias. Os recursos arrecadados perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 7.723 e R\$ 9.482 em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Os valores registrados na conta Arrecadação de recursos de terceiros, no passivo circulante, de forma similar, referem-se aos débitos a serem repassados aos conveniados quando da atividade de correspondente bancário. Os valores dos débitos a serem repassados, perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 18.481, sendo R\$ 18.247 junto a terceiros e R\$ 234 junto a partes relacionadas em 30 de junho de 2016 (R\$ 19.562, sendo R\$ 19.302 junto a terceiros e R\$ 262 junto a partes relacionada em 31 de dezembro de 2015).

7 Outros investimentos

	30.06.2016	31.12.2015
Ativos financeiros mantidos até o vencimento – Circulante	3.092	2.977

Referem-se a aplicações financeiras, substancialmente, a renda fixa, lastreadas a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, e remunerados a taxas média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), classificadas como mantidos até o vencimento, no ativo circulante em virtude de estarem atrelados como garantia de financiamentos.

8 Contas a receber de clientes

	30.06.2016	31.12.2015
Cartões de crédito a receber	382.483	308.818
Convênios a receber	26.103	28.465
Comissões a receber	995	1.732
Ajuste a valor presente	(8.039)	-
Total	401.542	339.015

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não existem saldos vencidos decorrentes de contas a receber de clientes. A Companhia entende que não há necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável.

Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), foi utilizada taxa média, atrelada ao CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), o que corresponde a 14,13% a.a., considerando um prazo médio de recebimento entre 49 e 54 dias para cálculo e registro do ajuste a valor presente.

Alguns saldos de recebíveis de cartões de crédito foram dados como garantias para os financiamentos e empréstimos e de debêntures emitidas pela Companhia, os detalhes encontram-se divulgados nas notas explicativas 17 e 18.

9 Estoques

	30.06.2016	31.12.2015
Mercadorias de revenda nas lojas	632.382	638.893
Mercadorias de revenda nos centros de distribuição	486.291	414.707
Materiais para uso e consumo	4.686	3.722
Provisão para perdas nos estoques	<u>(7.177)</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.116.182</u>	<u>1.057.322</u>

A Companhia calculou o ajuste a valor presente (AVP) do saldo de fornecedores, das compras totais no período findo em 30 de junho de 2016 e exercício de 2015, com o correspondente cálculo envolvendo as mercadorias ainda em estoque, utilizando uma taxa média anual de 14,25% a.a.

O valor da provisão para perdas nos estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no semestre totalizaram R\$ 7.177 (em 2015 o valor era considerado imaterial pela Companhia). Tal valor foi mensurado considerando o giro dos estoques superiores a 360 dias. O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

Para o período findo em 30 de junho de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro 2015 não havia estoques dados como penhor de garantias a passivos.

10 Impostos e contribuições a recuperar

	30.06.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (a)	1.034	5.073	1.964	4.075
IRPJ e CSLL (b)	-	-	16.873	-
PIS e COFINS (c)	36.099	-	27.221	-
IRRF (d)	5.981	230	16.053	216
Outros	<u>3.686</u>	<u>90</u>	<u>9</u>	<u>84</u>
Total	<u>46.800</u>	<u>5.393</u>	<u>62.120</u>	<u>4.375</u>

- (a) Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS): é resultante basicamente do regime de apuração normal de ICMS da central de distribuição da Companhia, localizada no Estado do Ceará.
- (b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): são decorrentes das antecipações e pagamentos a maior ou indevidos.
- (c) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): são créditos oriundos do regime de não-cumulatividade estabelecido pelas Leis nºs. 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

Notas Explicativas

- (d) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): são créditos de imposto de renda retido dos rendimentos das aplicações financeiras e dos valores recebidos pelas liquidações das parcelas dos *swaps* quando há ganho na apuração entre a ponta ativa e ponta passiva do mesmo.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A recuperação do valor do ativo fiscal diferido é revisada periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Abertura dos créditos fiscais diferidos	30.06.2016	31.12.2015
Prejuízo fiscal (b)	57.235	79.547
Diferenças temporárias	3.379	939
Impostos diferidos sobre os ajustes de CPC	(18.350)	(91.973)
Total	42.264	(11.487)
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	192.251	125.257
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	(149.987)	(136.744)
Efeito líquido	42.264	(11.487)

a. Conciliação das despesas e receitas de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) e da alíquota efetiva vigente sobre esses impostos

	30.06.2016	30.06.2015
(Prejuízo) / Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	22.326	93.233
Alíquota fiscal combinada [B]	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada [A]*[B]=[C]	7.591	31.699
Adições permanentes: [E]	35.178	18.126
Efeito caixa pela liquidação dos <i>swaps</i> (Lei 11.951/04)	34.234	18.126
Outras adições permanentes	944	-
Exclusões permanentes: [F]	65.213	37.066
Efeito caixa pela liquidação dos <i>swaps</i> (Lei 11.951/04)	-	1.816
ICMS sobre operações interestaduais	41.626	34.676
Custo com emissões de ações primárias	11.391	-
Equivalência Patrimonial	96	-
Outros	12.100	574
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no resultado do período após adições/exclusões [C] + ([E] - [F])*34% = [G]	(2.621)	25.260
Alíquota efetiva [G]/[A]	(11,7)%	27,1%

b. Composição e movimentação do prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa (CSLL)

A movimentação dos saldos existentes entre 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 pode assim ser demonstrada:

IRPJ e CSLL

Notas Explicativas

Saldo em 31 de dezembro de 2014	11.475
Constituição de prejuízo fiscal	68.072
Saldo em 31 de dezembro de 2015	79.547
(Compensação) de prejuízo fiscal	(22.312)
Saldo em 30 de junho de 2016	57.235

Notas Explicativas

c. Composição dos tributos diferidos

	Saldo em 31.12.14	Reconhecido no resultado	Compensação (*)	Saldo em 31.12.15	Reconhecido no resultado	Saldo em 30.06.16
Custo atribuído	(66)	47	-	(19)	19	-
Capitalização dos juros	(3.275)	(400)	-	(3.675)	(545)	(4.220)
			-			
Ajuste a valor de mercado dos swaps	(12.822)	(69.977)		(82.799)	61.984	(20.815)
Valor justo de financiamentos e empréstimos designados para <i>Hedge Accounting</i>	-	(2.296)	-	(2.296)	2.833	537
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	11.475	71.482	(3.410)	79.547	(22.312)	57.235
Outras provisões	1.089	(3.334)	-	(2.245)	11.772	9.527
Total	(3.599)	(4.478)	(3.410)	(11.487)	53.751	42.264

(*) Refere-se a valor compensado com dívida consolidada no Refis regido pela Lei nº 12.996/2014.

d. Expectativa de realização

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal a compensar, conforme segue:

Anos	30.06.2016 R\$
2016	1.659
2017	13.246
2018	14.267
2019	22.936
2020	5.127
Total	57.235

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios.

12 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, assim como as transações que influenciaram os respectivos resultados dos períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

		30.06.2016		31.12.2015	
Partes relacionadas	Natureza da operação	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Outros créditos					
Pax Corretora de Valores e Câmbio Ltda. (c)	Serviços de corretagem	1	-	1	-
Fornecedores					
Biomatika Ind. e Com. de Produtos Naturais S.A. (g)	Fornecimento de mercadorias	-	1.110	-	1.652
ePharma PBM do Brasil S.A. (f)	Gerenciamento de programas de benefícios	9.864	183	11.152	153
L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. (h)	Transporte rodoviário de mercadorias	1.104	4.133	462	3.171
Arrecadação de recursos de terceiros					
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (d)	Arrecadação de recursos de terceiros	-	234	-	262
Aluguel					
Renda Participações S.A. (a)	Arrendamento de imóveis	-	114	-	104
Dupar Participações S.A. (b)	Arrendamento de imóveis	-	5.132	-	7.997
Dividendos e Juros sobre capital próprio					
Acionistas	JSCP	-	-	-	3.967
Total		10.969	10.906	11.615	17.306
Circulante		10.969	10.906	11.615	17.306
Não circulante		-	-	-	-

- (a) Renda Participações S.A. - Atua no ramo de compra, venda e administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Existem operações de locações de imóveis entre a Companhia (locatária) e sua parte relacionada. Em 30 de junho de 2016, existem 21 imóveis (dos quais 12 são lojas em funcionamento) em locação impactando o resultado em R\$ 2.616 em 2016 (R\$ 2.456 em 2015). O saldo de aluguéis a pagar em 30 de junho de 2016 é de R\$ 114. A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Renda Participações S.A. e de terceiros, está apresentada na nota explicativa 19.

Em 2015 (acumulado de seis meses), foi transacionado o montante de R\$ 3.533 de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Companhia. As operações de adiantamentos junto à Renda Participações S.A. são liquidadas através do pagamento de aluguéis recebidos pela Renda Participações S.A. mensalmente ou também através de despesas de natureza diversas. O saldo de adiantamentos com esta parte relacionada foi quitado dentro do exercício de 2015. Não houve transações de natureza ativa com essa parte relacionada em 2016.

- (b) Dupar Participações S.A. - Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Existem operações de arrendamento de imóveis entre a Companhia (locatária) e sua parte relacionada, bem como alguns adiantamentos são efetuados como antecipação dos pagamentos desses aluguéis. Em 30 de junho de 2016 existiam 340 contratos de imóveis de propriedade da Dupar alugados à Companhia (locatária). O impacto no resultado no grupo de despesa com ocupação no acumulado de 2016 foi de R\$ 29.907 (R\$ 25.300 em 2015). O saldo de aluguéis a pagar em 30 de junho de 2016 é de R\$ 5.132. A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Dupar Participações S.A. e de terceiros está apresentada na nota explicativa 19.

Em 2015, foi transacionado o montante de R\$ 62.830 de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Companhia. As operações de adiantamentos junto à Dupar Participações S.A. são liquidadas através do fluxo futuro de pagamento de aluguéis recebidos por esta mensalmente. O saldo de adiantamentos com esta parte relacionada foi quitado dentro do exercício de 2015. Não houve transações de natureza ativa com essa parte relacionada em 2016.

- (c) Pax Corretora de Valores e Câmbio Ltda. - Atua como agente intermediário na compra e venda de ações no mercado financeiro.

No primeiro semestre de 2016 ocorreram transações no montante de R\$14 (R\$ 15 no 1º semestre de 2015). O saldo a receber com esta parte relacionada em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.

Notas Explicativas

- (d) Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. - Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros, na forma como disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Em 2016 foi transacionado R\$ 3.973 (R\$ 3.572 em 2015) de créditos com essa parte relacionada, remanescendo um saldo a pagar de R\$ 234.

- (e) Francisco Deusmar de Queirós - Principal acionista da Companhia com 70% de controle do capital societário. Não há saldo a receber no acumulado seis meses de 2016 com esta parte relacionada. No 1º semestre de 2015 foi transacionado R\$ 6.347.

- (f) ePharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

Em 2016 foi transacionado no resultado o montante de R\$ 1.332 (R\$ 1.168 em 2015). O saldo a pagar em 30 de junho de 2016 soma R\$ 183. O valor do ativo refere-se a venda de medicamentos transacionadas pelo programa a ser repassado à Pague Menos conforme agenda.

Conforme nota explicativa 12, em 28 de dezembro de 2015, a Companhia assinou Contrato de compra e venda de ações e outras avenças para aquisição de 26,21% das ações da empresa e-Pharma PBM do Brasil S.A., passando a investir diretamente.

- (g) Biomatika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A. - Tem como objetivo principal a fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.

Em 2016 foi transacionado o montante de R\$ 2.032 (R\$ 1.349 em 2015). O saldo a pagar em 30 de junho de 2016 soma R\$ 1.110.

- (h) L'auto Cargo Transportes Rodoviário S.A. - Tem como objetivo principal o transporte rodoviário de cargas em geral.

Em 2016 foi transacionado o montante de R\$ 38.381 (R\$ 22.412 em 2015). O saldo a pagar em 30 de junho de 2016 soma R\$ 4.133 e existia um saldo de adiantamento de R\$ 1.104.

As entidades listadas abaixo são consideradas partes relacionadas pela Companhia por atenderem aos critérios previstos no CPC 05(R1) (IAS 24), porém, não possuíram transações no período:

- Gráfica Boa Letra Ltda.;
- Flex Soluções em Gestão de Saúde Ltda.;
- Fundação Educacional Deusmar Queirós;
- Renda Corretora de Mercadorias SC Ltda.;
- Construtora Boa Terra Ltda.;
- Boa Terra - Corretora de Seguros Ltda.;
- Renda Florestal Ltda.;
- Grêmio Recreativo Pague Menos;
- Sevla Participações S.A.;
- Pague Menos Comércio e Importação Ltda.; e
- Pague Menos Fidelização e Eventos Ltda.

A remuneração total dos administradores e do conselho de administração totalizou R\$ 1.773 no período findo em 30 de junho de 2016 (R\$ 1.264 no período de 2015) e está relacionada apenas a benefícios de curto prazo. A Companhia não possui política de benefícios pós-emprego (previdência privada) e remuneração baseada em ações.

Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações com partes relacionadas em que as pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas prestam fiança, aval ou garantia em contratos de financiamentos e empréstimos, sem custo para a Companhia, conforme segue:

Parte relacionada garantidora	Saldo garantido em 30.06.2016	Saldo garantido em 31.12.2015
Francisco Deusmar de Queirós	180.279	263.928

Notas Explicativas

Parte relacionada garantidora	Saldo garantido em 30.06.2016	Saldo garantido em 31.12.2015
Aval	180.279	263.928
Francisco Deusmar de Queirós e Josué Ubiraniilson Alves	287.509	366.804
Aval	287.509	366.804
Francisco Deusmar de Queirós e cônjuge	36.628	36.662
Aval	36.628	36.662
Francisco Deusmar de Queirós e Josué Ubiraniilson Alves e cônjuges	169.027	159.378
Aval	131.187	138.941
Fiança	37.840	20.437
Francisco Deusmar de Queirós e Dupar Participações S.A.	79.051	130.423
Aval	68.151	119.523
Imóvel	10.900	10.900

13 Investimentos

Em 28 de dezembro de 2015, a Companhia assinou Contrato de compra e venda de ações e outras avenças para aquisição de 26,21% das ações da empresa e-Pharma PBM do Brasil S.A., se tornando uma empresa coligada da Companhia. O principal negócio da e-Pharma PBM do Brasil S.A. é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

Para compra da participação societária da e-Pharma PBM do Brasil S.A. por meio da aquisição de 26,21% de suas ações, a Companhia pagou à vista, em moeda nacional, um valor total de R\$ 90.000 ao acionista detentor dessas ações, Sr. Francisco Deusmar de Queirós.

A tabela a seguir resume os valores patrimoniais base para a aquisição da e-Pharma PBM do Brasil S.A.:

Balanço Patrimonial da e-Pharma PBM do Brasil S.A.	2015
Ativo	80.058
Passivo	48.917
Patrimônio líquido	31.141
Passivo e Patrimônio líquido	<u>80.058</u>
Participação adquirida na Companhia coligada	26,21%
Investimento na Companhia coligada contabilizado pelo método da equivalência patrimonial	8.162

Portanto, a compra de 26,21% das ações da ePharma PBM do Brasil S.A. correspondem a R\$ 8.162 do patrimônio líquido desta, conseqüentemente, foi pago um ágio, considerando a diferença calculada entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida, baseado na expectativa de rentabilidade futura de R\$ 81.838.

Em 30 de junho de 2016, o saldo de investimentos da Companhia está demonstrado a seguir:

	2016
Saldo em 31 de dezembro de 2015	90.000
Resultado de equivalência patrimonial	96
Saldo em 30 de junho de 2016	<u>90.096</u>

O ágio apurado na aquisição do investimento da ePharma PBM do Brasil S.A. será testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa e, não apresentou indicativo de *impairment* em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

14 Imobilizado

	Obras em anda- mento	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instala- ções	Máquinas e Equipam- entos	Móveis e uten- sílios	Veículos	Aeronave	Equipa- mentos de informática	Adianta- mento a fornecedores	Total
Custo										
Saldos em 1º de janeiro de 2015	<u>14.483</u>	<u>312.567</u>	<u>25.208</u>	<u>52.065</u>	<u>29.536</u>	<u>3.817</u>	<u>13.095</u>	<u>38.573</u>	<u>20.556</u>	<u>509.900</u>
Adições	24.231	49.051	6.072	6.229	8.597	90	453	5.441	-	100.164
Capitalização de juros (CPC 20)	-	2.347	-	-	-	-	-	-	-	2.347
Transferências	(10.708)	9.427	288	481	512	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(12)	-	(28)	-	(1)	(8.847)	(8.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>28.006</u>	<u>373.392</u>	<u>31.568</u>	<u>58.763</u>	<u>38.645</u>	<u>3.879</u>	<u>13.548</u>	<u>44.013</u>	<u>11.709</u>	<u>603.523</u>
Adições	14.647	30.805	6.101	2.298	3.237	-	303	2.563	12.317	72.271
Capitalização de juros (CPC 20)	-	2.048	-	-	-	-	-	-	-	2.048
Transferências	(19.079)	15.213	461	730	750	-	-	-	-	(1.925)
Baixas	-	-	-	-	-	(866)	-	-	-	(866)
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>23.574</u>	<u>421.458</u>	<u>38.130</u>	<u>61.791</u>	<u>42.632</u>	<u>3.013</u>	<u>13.851</u>	<u>46.576</u>	<u>24.026</u>	<u>675.051</u>
Taxas de depreciação	-	10% a 20% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	20% a.a.	6,66% a.a.	20% a.a.	-	
Depreciação										
Saldos em 1º de janeiro de 2015	<u>-</u>	<u>(142.282)</u>	<u>(9.795)</u>	<u>(15.365)</u>	<u>(7.640)</u>	<u>(3.133)</u>	<u>(3.343)</u>	<u>(22.929)</u>	<u>-</u>	<u>(204.487)</u>
Depreciação no exercício	-	(29.036)	(2.349)	(5.353)	(3.034)	(329)	(878)	(3.327)	-	(44.306)
Custo atribuído (CPC 27)	-	(137)	-	-	-	-	-	-	-	(137)
Capitalização de juros (CPC 20)	-	(1.170)	-	-	-	-	-	-	-	(1.170)
Baixas	-	-	-	-	-	27	-	1	-	28
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>-</u>	<u>(172.625)</u>	<u>(12.144)</u>	<u>(20.718)</u>	<u>(10.674)</u>	<u>(3.435)</u>	<u>(4.221)</u>	<u>(26.255)</u>	<u>-</u>	<u>(250.072)</u>
Depreciação no período	-	(12.642)	(1.518)	(2.890)	(1.821)	(123)	(458)	(1.763)	-	(21.215)
Custo atribuído (CPC 27)	-	(57)	-	-	-	-	-	-	-	(57)
Capitalização de juros (CPC 20)	-	(446)	-	-	-	-	-	-	-	(446)
Transferências	-	54	-	(2)	(1)	-	-	-	-	51
Baixas	-	-	-	-	-	845	-	-	-	845
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>-</u>	<u>(185.716)</u>	<u>(13.662)</u>	<u>(23.610)</u>	<u>(12.496)</u>	<u>(2.713)</u>	<u>(4.679)</u>	<u>(28.018)</u>	<u>-</u>	<u>(270.894)</u>
Valor contábil										
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>28.006</u>	<u>200.767</u>	<u>19.424</u>	<u>38.045</u>	<u>27.971</u>	<u>444</u>	<u>9.327</u>	<u>17.758</u>	<u>11.709</u>	<u>353.451</u>
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>23.574</u>	<u>235.742</u>	<u>24.468</u>	<u>38.181</u>	<u>30.136</u>	<u>300</u>	<u>9.172</u>	<u>18.558</u>	<u>24.026</u>	<u>404.157</u>

Notas Explicativas

As adições ao imobilizado referem-se às aquisições de ativos operacionais, benfeitorias em imóveis de terceiros na construção de novas lojas, modernização da central de distribuição e das instalações e modernizações das lojas já existentes e investimentos em equipamentos de informática. O valor registrado como transferência, tanto no custo como na depreciação refere-se a fundo de comércio.

Em 1º de abril de 2015, a Companhia revisou sua base de estimativas de vida útil para suas benfeitorias em imóveis de terceiros, o que resultou, de uma maneira geral, na redução das taxas de depreciação utilizadas, devido ao prolongamento da vida útil econômica dos ativos, que passaram de 5 anos para uma média de vida útil de 11 anos. A nova vida útil estimada foi aplicada prospectivamente a partir 1º de abril de 2015, baseando-se nos saldos líquidos dos itens do ativo imobilizado da Companhia referentes ao grupo contábil de benfeitorias em imóveis de terceiros. Caso a nova vida útil fosse aplicada já a partir de 1º de janeiro de 2015, os encargos de depreciação reconhecidos no resultado do período de seis meses acumulado 2015 seriam registrados a menor em R\$ 10.221.

Os bens mantidos no ativo imobilizado, totalmente depreciados, somam R\$ 63.331 até 30 de junho de 2016 (R\$ 62.183 até 31 de dezembro de 2015). O saldo é formado substancialmente pela depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros as quais foram depreciadas pelo prazo de contrato do imóvel. A Companhia não possui ativo imobilizado temporariamente ocioso.

Não existem transações de investimentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na demonstração do fluxo de caixa.

Custo atribuído

A Companhia vem calculando a depreciação sobre o valor contabilizado como custo atribuído mensalmente, conforme quadro anteriormente apresentado. Em 30 de junho de 2016 o efeito da depreciação da parcela do custo atribuído foi de R\$ 57 (R\$ 137 em 31 de dezembro de 2015). O maior efeito do custo atribuído foi sobre terrenos e, portanto, sem efeito de depreciação. O valor do custo atribuído registrado foi totalmente depreciado em no período findo em 30 de junho de 2016.

Imobilizado em construção

A Companhia possui estabelecimentos (lojas) em construção, sendo 77 lojas em 30 de junho de 2016 (68 lojas em 31 de dezembro de 2015). O saldo dos custos incorridos com lojas em construção até a data dessas informações trimestrais totalizava R\$ 23.574 em 30 de junho de 2016 (R\$ 28.006 em 31 de dezembro de 2015).

Foram capitalizados os custos dos empréstimos no montante de R\$ 2.048 no primeiro semestre de 2016 (R\$ 714 em 2015). Esses custos foram apurados utilizando-se a taxa média entre 12,12% a 17,83% a.a. referente aos contratos de financiamentos utilizados na construção dos estabelecimentos da Companhia.

Notas Explicativas

Provisão para redução no valor recuperável (*impairment*)

Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativo. Após a avaliação dos fatores externos ou internos, a Companhia não indicou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

15 Intangível

Custo	Vida útil indefinida	Vida útil definida			Total
	Marcas e patentes	Fundo de comércio (<i>Key money</i>)	Softwares	Desenvolvimento de <i>websites</i>	
Saldo em 1º de janeiro de 2014	4.289	10.266	9.989	63	24.607
Adições	-	757	2.942	-	3.699
Baixas	-	1.925	-	-	1.925
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.289	11.023	12.931	63	28.306
Adições	-	567	1.995	3	2.525
Transferências	-	1.925	-	-	1.925
Saldo em 30 de junho de 2016	4.289	13.515	14.886	66	32.756
Amortização					
Taxas anuais de amortização	-	(*)	20%	10%	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(3.903)	(5.475)	(14)	(9.392)
Amortização	-	(1.530)	(2.159)	(6)	(3.695)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(5.433)	(7.634)	(20)	(13.087)
Amortização	-	(718)	(1.246)	(3)	(919)
Transferências	-	(51)	-	-	(919)
Saldo em 30 de junho de 2016	-	(6.202)	(8.880)	(23)	(15.105)
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2015	4.289	5.590	5.297	43	15.219
Em 30 de junho de 2016	4.289	7.313	6.006	43	17.651

(*) A amortização do fundo de comércio (*Key money*) é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas.

O valor registrado com transferência refere-se a fundo de comércio anteriormente lançado no grupo de ativo imobilizado. Portanto, foi transferido o valor de custo e sua respectiva depreciação.

Notas Explicativas

Não existem transações de aquisições e baixas no ativo intangível que não envolveram caixa e que estejam registradas na demonstração dos fluxos de caixa. A amortização mensal dos ativos intangíveis, com vida útil definida, é registrada em contrapartida do resultado no grupo de Despesas administrativas e gerais.

Marcas e patentes

A Companhia havia perdido o direito de utilização da marca “Pague Menos” no estado da Paraíba devido a uma disputa judicial. Em 30 de dezembro de 2010, através de contrato particular de compra e venda da marca “Pague Menos”, a Companhia adquiriu novamente o direito de utilização de sua marca naquele Estado.

Fundo de comércio (Key money)

Fundo de comércio (Key money) compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear, e leva em consideração os prazos dos contratos de locação. As baixas dos fundos de comércio se dão por desativação de lojas, sendo seus efeitos registrados no resultado.

Desenvolvimento de websites

Representam gastos com a plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *layout* gráfico dos sites) sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização dos benefícios auferidos.

Teste de valor recuperável de marcas e patentes

A Companhia aplica teste de recuperação do valor contábil do ativo intangível, ao final de cada exercício social, na conta de Marcas e Patentes, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado. Nesse processo de avaliação, o valor da marca obtido nos testes de recuperação do ativo intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2015 não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

17 Fornecedores

a. Composição da conta

	30.06.2016	31.12.2015
Fornecedores	754.538	705.779
(-) Saldo a receber referente a créditos por devoluções de mercadorias e aportes	(78.094)	(77.396)
Total	<u>676.444</u>	<u>628.383</u>

O efeito do ajuste a valor presente (AVP) foi de R\$ 37.262 em 30 de junho de 2016 (R\$ 39.270 em 31 de dezembro de 2015), apresentado líquido no saldo de fornecedores. Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), foi utilizada taxa média, atrelada ao custo de oportunidade das aplicações da Companhia, o que corresponde a 14,25% a.a., considerando um prazo médio de pagamento de 89 a 123 dias, sendo este critério uniforme para o período findo em 30 de junho de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12 (IAS 39), a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos, utilizando-se as taxas de juros acima citadas que refletem a natureza o custo de oportunidade para liquidação desses passivos no que tange ao prazo, risco, moeda e condição de recebimento pré-fixada ou pós-fixada.

Os créditos por devoluções de mercadorias e aportes referem-se a valores de créditos negociados com a indústria como consequência de avarias de mercadorias por devolução, ações de trademarking e eventos. Desta forma, estes créditos são

Notas Explicativas

deduzidos do saldo a pagar a fornecedores em notas fiscais já emitidas pelos mesmos.

b. Por vencimento (sem efeito do AVP)

	30.06.2016	31.12.2015
A vencer		
Entre 1 a 30 dias	309.323	260.886
Entre 31 a 60 dias	240.081	207.493
Entre 61 a 90 dias	92.642	119.838
A mais de 91 dias	136.075	149.460
Subtotal	778.121	737.677
Títulos contra apresentação	13.679	7.372
Total	791.800	745.049

c. Concentração da carteira (sem efeito do AVP)

	30.06.2016		31.12.2015	
Fornecedores				
Maior fornecedor	62.225	8%	67.717	9%
do 2º ao 25º	463.572	59%	421.867	57%
do 26º ao 50º	108.283	14%	106.475	14%
Demais fornecedores	157.720	19%	148.990	20%
Total	791.800	100%	745.049	100%

18 Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos e empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira, liquidez e a apuração da contabilização do *hedge accounting* constam na nota explicativa 29 - Instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

a. Composição da conta

Banco	Tipo	Índice	Taxa de juros	30.06.2016	31.12.2015
Banco do Brasil	Finame	TJLP	3,4% a 4,7% a.a.	73	134
Banco do Brasil	Finame	-	4,5% a 8,7% a.a.	252	1.097
Banco do Brasil	FCO	-	3,5% a.a.	36.628	36.662
Banco do Brasil	Capital de giro - swap	CDI	1,63% a.a.	142.838	159.833
Banco do Nordeste do Brasil	Capital de giro	-	8,5% a.a.	13.224	20.353
Banco do Nordeste do Brasil	FNE	-	3,5% a.a.	34.088	35.430
Banco da Amazônia	FNO	-	10,50% a.a.	6.267	8.585
Bradesco	Finame	-	3% a 3,5% a.a.	1.785	2.193
HSBC	Capital de giro - swap	CDI	1,0% a.a.	78.570	72.420
Itaú	Capital de giro - swap	CDI	1,24% a 2,40% a.a.	180.279	212.078
Itaú	Capital de giro	CDI	1,72% a 1,85% a.a.	-	7.766
Safra	Capital de giro - swap	CDI	1,20% a.a. a 1,85% a.a.	115.449	119.567
Santander	Capital de giro - swap	CDI	1,75% a.a.	68.151	119.523
Total de financiamentos e empréstimos (líquidos das Operações com Derivativos)				677.604	795.641
Financiamentos e empréstimos - circulante (líquidos das Operações com Derivativos)				358.851	333.240
Operações com Derivativos ativo - circulante				8.417	113.807
Operações com Derivativos passivo - circulante				-	-
Total dos financiamentos e empréstimos - circulante				367.268	447.047
Financiamentos e empréstimos - não circulante (líquidos das Operações com Derivativos)				318.753	462.401
Operações com Derivativos ativo - não circulante				2.756	113.904
Operações com Derivativos passivo - não circulante				-	-
Total dos financiamentos e empréstimos - não circulante				321.509	576.305

A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira, na modalidade do que rege a Lei nº. 4131/62 (modalidade esta conhecida no mercado financeiro como “4131”), e celebra contratos de *swap* com a mesma instituição financeira atrelada aos mesmos prazos e valores da operação original para anular qualquer exposição cambial. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía 12 (doze) contratos de empréstimos e financiamentos na modalidade 4131 vinculados aos seus respectivos *swaps*. Em 1º de julho de 2015 foi decidido pela Administração a adoção do *hedge accounting* a valor justo, sendo esta a data de designação. Em 31 de dezembro de 2015, dos 10 (dez) contratos existente na época da adoção da contabilidade de *hedge*, um foi quitado, e, dos nove remanescentes, quatro foram considerados como inefetivos, permanecendo cinco contratos vinculados a contabilidade de *hedge*. Para os três novos empréstimos em moeda estrangeira na modalidade 4131 captados no último trimestre de 2015 a Companhia decidiu classificar a própria dívida pelo valor justo (*Fair Value Option*).

Em 30 de junho de 2016, os contatos remanescentes, ou seja, referentes ao período de adoção e vinculados a contabilidade de *hedge* foram considerados como inefetivos.

O montante de R\$ 8.331 foi reconhecido como despesas no resultado acumulado do 1º semestre de 2016 referente a ajuste do valor justo dos financiamentos e empréstimos atrelados a instrumento de *hedge*, sendo este valor, apresentado líquido nos saldos dos respectivos financiamentos e empréstimos da tabela anterior. Demais informações sobre classificação e mensuração dos instrumentos financeiros derivativos são detalhados na nota explicativa 29.

Em 30 de dezembro de 2013 o BNB concedeu à Companhia uma linha de crédito de R\$ 76.046 providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) sendo este crédito diferido para a construção de novas lojas à

Notas Explicativas

uma taxa efetiva de 4,12% a.a. com bônus de adimplência de 15% sobre os juros. Até 30 de junho de 2016 foram liberados R\$ 24.660. A referida linha de crédito possui carência de 36 meses findando-se em 2026 e a liberação dos recursos remanescente dar-se-á com o decorrer das construções das novas lojas.

Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que não estejam registradas no fluxo de caixa.

b. Por moeda

	30.06.2016	31.12.2015
Em moeda nacional	92.317	112.220
Em moeda estrangeira, dólar norte-americano	585.287	683.421
Total	677.604	795.641

O saldo da carteira de empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano) está completamente atrelado aos *swaps* tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras.

c. Cronograma de desembolso

	30.06.2016	31.12.2015
Vencimentos		
2016 (6 meses)	195.929	333.240*
2017 (6 meses)	162.922	302.536*
2017	154.051	-
2018	102.986	98.545
2019	21.290	20.740
Após 2019	40.426	40.580
Total	677.604	795.641

* Período comparativo se refere a doze meses.

d. Garantias

Além das fianças, avais e/ou garantias prestadas pelas partes relacionadas pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas, apresentadas na nota explicativa 12 - Partes relacionadas, ainda existem outros tipos de garantias para os financiamentos e empréstimos contratos pela Companhia, conforme discriminadas no quadro abaixo:

Notas Explicativas

Banco/Garantia	Saldo existente em 30.06.2016	Saldo existente em 31.12.2015
Banco do Brasil	46.936	52.089
Imóvel da parte relacionada Dupar Participações S.A.	10.900	10.900
Alienação fiduciária de bens	326	1.231
Cessão fiduciária de direitos creditórios	35.710	39.958
Bradesco	1.785	2.193
Alienação fiduciária de bens	1.785	2.193
Itaú	45.070	54.961
Cessão fiduciária de direitos creditórios	45.070	54.961
Safra	61.663	55.045
Cessão fiduciária de direitos creditórios	26.663	29.892
Fiança sobre a operação FNE ref. ao contrato No. 12.2013.12124.13211 captada com o Banco do Nordeste do Brasil	35.000	25.153

e. Cláusulas restritivas

Com exceção das Debêntures, a Companhia não possui contratos de financiamentos e empréstimos com *covenants*.

19 Debêntures

Composição da conta

	30.06.2016		31.12.2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª emissão de debêntures	-	-	43.892	-
2ª emissão de debêntures	49.762	-	33.320	33.027
3ª emissão de debêntures	94.908	-	38.701	75.186
Total	144.670	-	115.913	108.213

1ª emissão de debêntures

Em 14 de maio de 2012 a Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples no montante de R\$ 260.000 integralmente captados pelo Banco do Brasil S.A. em 18 de maio de 2012 e foram destinados a: i) alongamento do endividamento da Companhia; e ii) capital de giro.

a. Movimentação da conta

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	43.892	-	43.892
Realização do custo de captação	191	-	191
Encargos	2.434	-	2.434
Pagamento de principal e juros	46.517	-	46.517
Saldo em 30 de junho de 2016	-	-	-

A 1ª emissão de debêntures foi totalmente liquidada em 18 de maio de 2016, portanto não há o que se demonstrar sobre suas respectivas características, garantias e cláusulas restritivas.

Notas Explicativas

2ª emissão de debêntures

Em 12 de dezembro de 2013, através de RCA - Reunião do Conselho de Administração, a Companhia aprovou a 2ª emissão de Debêntures simples. Os recursos captados no montante de R\$ 100.000 foram liberados em 18 de dezembro de 2013 e foram destinados a: i) alongamento do endividamento da Companhia; e ii) capital de giro, sendo que, para todos os fins.

a. Movimentação da conta

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	33.320	33.027	66.347
Realização do custo de captação	158	-	158
Transferência circulante e não circulante - custo de captação	(158)	158	-
Encargos	4.823	-	4.823
Pagamento de principal e juros	(21.566)	-	(21.566)
Transferências do principal e juros	33.185	(33.185)	-
Saldo em 30 de junho de 2016	49.762	-	49.762

b. Características da 2ª emissão de debêntures

Número da emissão:	2ª emissão
Série:	Única
Data de emissão:	18/12/2013
Data de vencimento:	18/12/2017
Quantidade:	10 mil debêntures
Agente Fiduciário:	Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador:	BB - Banco de Investimentos S.A.
Banco Mandatário:	Itaú Unibanco S.A.
Banco Escriurador:	Itaú Corretora de Valores S.A.
Montante de emissão:	R\$ 100.000
Espécie:	Quirografária
Tipo e forma:	Escritural e nominativa
Garantia:	Real e fidejussória
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Juros:	100% CDI
Spread:	1,20% a.a.
Carência:	18 meses
Pagamento do principal:	Semestralmente, a partir da data de emissão, considerando o prazo de carência.
Pagamento da remuneração:	Semestralmente, a partir da data de emissão, sem carência.
Amortização programada do principal:	18 de junho de 2015, 18 de dezembro de 2015, 18 de junho de 2016, 18 de dezembro de 2016, 18 de junho de 2017 e 18 de dezembro de 2017.
Amortização programada da remuneração:	18 de junho de 2014, 18 de dezembro de 2014, 18 de junho de 2015, 18 de dezembro de 2015, 18 de junho de 2016, 18 de dezembro de 2016, 18 de junho de 2017 e 18 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

c. Garantias

Garantia real

Foi celebrado um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios em Garantia" pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente e transferirá, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo devedor das debêntures, decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões com bandeira VISA devidos por clientes que tenham transitado na conta vinculada em cada período de apuração que equivale à três meses a contar do primeiro dia útil após o recebimento da debênture.

Garantia fidejussória

Foi celebrado uma fiança em nome do Sr. Francisco Deusmar de Queirós, obrigando-o como fiador e principal pagador, e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações desta, responsável também pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores principais e acessórios.

d. Cláusulas restritivas (Covenants)

A não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros serão verificados trimestralmente pelo Agente fiduciário com base nas informações financeiras da Companhia divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures. Em 30 de junho de 2016, a Companhia atingiu o índice Dívida financeira líquida / EBITDA. Porém, em virtude de consequências contábeis sem efeito caixa associada a transações comerciais ocorridas em no 4º trimestre de 2015, o qual compõe o EBITDA acumulado de 12 meses, em volume atípico, a Companhia não atingiu o índice requerido de EBITDA/Resultado financeiro. Consequentemente, o montante da dívida, que são vencíveis a mais de 360 dias, estão apresentados no passivo circulante das Informações Trimestrais findas em 30 de junho de 2016, conforme requerido pelas práticas contábeis. A Administração já em fase de obtenção do *waiver* junto aos debenturistas.

Os indicadores acompanhados são os seguintes:

	Índice requerido	Índice obtido
Dívida financeira líquida/ EBITDA	= < 3 vezes	1,54
EBITDA/ Resultado financeiro	> = 1,3 vezes	1,04

Os valores bases para cálculo do índice obtivo são os seguintes:

Notas Explicativas

	30.06.2016
Saldo de Caixa e equivalentes de caixa [A]	458.284
Saldo de Financiamentos e empréstimos e Debêntures [B]	<u>822.274</u>
Dívida financeira líquida [B] - [A] = [C]	<u><u>363.990</u></u>
Receita financeira [D]	634.308
Despesa financeira [E]	<u>(861.678)</u>
Resultado financeiro últimos 12 meses [E] - [D] = [F]	<u><u>227.370</u></u>
EBTIDA* últimos 12 meses [G]	<u><u>236.277</u></u>
Índice obtido: Dívida financeira líquida/ EBITDA [C]/[G]	<u><u>1,54</u></u>
Índice obtido: EBITDA/ Resultado financeiro [G]/[F]	<u><u>1,04</u></u>

*O EBITDA é calculado conforme previsto no contrato de debênture.

3ª emissão de debêntures

Em 26 de novembro de 2014, através de RCA - Reunião do Conselho de Administração, a Companhia aprovou a 3ª emissão de Debêntures simples. Os recursos captados no montante de R\$ 114.000 foram liberados em 8 de dezembro de 2014 e serão destinados a: i) alongamento do endividamento da Companhia; e ii) capital de giro, sendo que, para todos os fins.

e. Movimentação da conta

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>38.701</u>	<u>75.185</u>	<u>113.886</u>
Realização do custo de captação	200	-	200
Transferência circulante e não circulante - custo de captação	(200)	200	-
Encargos	8.378	-	8.378
Pagamento de principal e juros	(27.556)	-	(27.556)-
Transferências do principal e juros	<u>75.385</u>	<u>(75.385)</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de junho de 2016	<u><u>94.908</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>94.908</u></u>

f. Características da 3ª emissão de debêntures

Número da emissão:	3a emissão
Série:	Única
Data de emissão:	08/12/2014
Data de vencimento:	08/12/2018
Quantidade:	11,4 mil debêntures
Agente Fiduciário:	Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador:	BB - Banco de Investimentos S.A.
Banco Mandatário:	Itaú Unibanco S.A.
Banco Escriurador:	Itaú Corretora de Valores S.A.
Montante de emissão:	R\$ 114.000
Espécie:	Quirografia
Tipo e forma:	Escritural e nominativa
Garantia:	Real e fidejussória
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Juros:	100% CDI
Spread:	1,50% a.a.
Carência:	18 meses
Pagamento do principal:	Semestralmente, a partir da data de emissão, considerando o prazo de carência.

Notas Explicativas

Pagamento da remuneração:	Semestralmente, a partir da data de emissão, sem carência.
Amortização programada do principal:	08 de junho de 2016, 08 de dezembro de 2016, 08 de junho de 2017, 08 de dezembro de 2017, 08 de junho de 2018 e 08 de dezembro de 2018.
Amortização programada da remuneração:	08 de junho de 2015, 08 de dezembro de 2015, 08 de junho de 2016, 08 de dezembro de 2016, 08 de junho de 2017, 08 de dezembro de 2017, 08 de junho de 2018 e 08 de dezembro de 2018.

g. Garantias

Garantia real

Foi celebrado um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios em Garantia" pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente e transferirá, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo devedor das debêntures, decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões com bandeira VISA devidos por clientes que tenham transitado na conta vinculada em cada período de apuração que equivale à três meses a contar do primeiro dia útil após o recebimento da debênture.

Garantia fidejussória

Foi celebrado uma fiança em nome do Sr. Francisco Deusmar de Queirós, obrigando-o como fiador e principal pagador, e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações desta, responsável também pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores principais e acessórios.

h. Cláusulas restritivas (Covenants)

A não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros serão verificados trimestralmente pelo Agente fiduciário com base nas informações financeiras da Companhia divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures. Em 30 de junho de 2016, a Companhia atingiu o índice Dívida financeira líquida / EBITDA. Porém, em virtude de consequências contábeis sem efeito caixa associada a transações comerciais ocorridas em no 4º trimestre de 2015, o qual compõe o EBITDA acumulado de 12 meses, em volume atípico, a Companhia não atingiu o índice requerido de EBITDA/Resultado financeiro. Consequentemente, o montante da dívida, que são vencíveis a mais de 360 dias, estão apresentados no passivo circulante das Informações Trimestrais findas em 30 de junho de 2016, conforme requerido pelas práticas contábeis. A Administração já em fase de obtenção do *waiver* junto aos debenturistas.

Os indicadores acompanhados são os seguintes:

	Índice requerido	Índice obtido
Dívida financeira líquida/ EBITDA	= < 3 vezes	1,54
EBITDA/ Resultado financeiro	> = 1,3 vezes	1,04

Os valores bases para cálculo do índice obtivo são os seguintes:

Notas Explicativas

	30.06.2016
Saldo de Caixa e equivalentes de caixa [A]	458.284
Saldo de Financiamentos e empréstimos e Debêntures [B]	822.274
Dívida financeira líquida [B] - [A] = [C]	363.990
Receita financeira [D]	634.308
Despesa financeira [E]	(861.678)
Resultado financeiro [E] - [D] = [F]	227.370
EBITDA* últimos 12 meses [G]	236.277
Índice obtido: Dívida financeira líquida/ EBITDA [C]/[G]	1,54
Índice obtido: EBITDA/ Resultado financeiro [G]/[F]	1,04
*O EBITDA é calculado conforme previsto no contrato de debênture.	

20 Arrendamentos mercantis operacionais

Arrendamentos como arrendatário

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão liquidados do seguinte fluxo de pagamento:

Vencimentos	30.06.2016	31.12.2015
2016	152.030	133.091
2017	129.070	111.643
2018	79.497	79.070
2019	63.034	48.435
2020	51.029	33.425
Após 2020	107.531	69.278
	582.191	474.942
Terceiros	456.937	341.794
Partes relacionadas	125.254	133.148
Total	582.191	474.942

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possuía 989 contratos de arrendamento operacional (936 em 31 de dezembro de 2015), os quais se referem aos aluguéis das lojas, dos centros de distribuições, da matriz da Companhia e de alguns estacionamentos. Parte destes contratos referem-se às 554 lojas alugadas de terceiros, 320 lojas alugadas da Dupar Participações S.A. e 12 lojas alugadas da Renda Participações S.A todas já em funcionamento.

Esses arrendamentos têm prazo de duração em média de 5 a 11 anos, com opção de renovação do arrendamento por igual período, com exceção dos contratos dos centros de distribuições que possuem prazo de 15 anos. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados periodicamente, de acordo com os contratos de aluguéis e práticas de mercado em que os imóveis estão situados.

A projeção dos aluguéis foi apresentada pelo valor presente dos fluxos de caixa dos valores fixos considerando a data de vencimento individual de cada contrato. Para a projeção dos contratos junto a terceiros utiliza-se o IGP-M projetado como taxa futura de desconto e, para as partes relacionadas a taxa de oportunidade da Companhia.

Para os aluguéis relativos à parte relacionada, Dupar Participações S.A. foi considerado o valor mínimo dos aluguéis dos

Notas Explicativas

imóveis que é de R\$ 8,4, atualizado anualmente pelo IGP-M, ou o percentual de 2,5% do faturamento da respectiva loja, o que for maior.

Os arrendamentos das lojas contemplam terrenos e edificações. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado (atualizados pelo IGP-M ou IPC), em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios das edificações são do arrendador. Diante do exposto, a Companhia, em sua melhor avaliação, concluiu que os arrendamentos são operacionais.

Foi reconhecido como despesa com ocupação no resultado de 2016 o montante de R\$ 82.172, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 68.179 em 2015). Nos termos dos contratos de aluguéis, o montante de R\$ 2.699 foi reconhecido como despesa de manutenção no primeiro semestre de 2016, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 2.334 em 2015).

21 Impostos e contribuições a recolher

	30.06.2016	31.12.2015
Circulante		
Refis - Lei 12.996/2014	3.427	617
Refis IV	57	540
ICMS	43.803	36.714
IRRF/CSRF	2.317	6.383
ISS	193	43
INSS	14.898	12.823
FGTS	3.340	4.027
IRPJ/CSLL	12.307	-
Contribuição sindical - Empregados	649	711
Outros impostos contribuições a recolher	459	360
Subtotal	81.450	62.218
Não circulante		
Refis - Lei 12.996/2014	26.205	6.660
Refis IV	458	-
Subtotal	26.663	6.660
Total	108.113	68.878

A Companhia atua em diversos estados da federação e o ICMS a recolher é decorrente das apurações com base no regime normal e/ou substituição tributária aplicados em cada estado em que opera.

Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

A Companhia aderiu, em 24 de setembro de 2015, ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), utilizando-se dos benefícios advindos da Lei nº 12.996/2014. Os débitos incluídos no programa referem-se a autuações fiscais relativas aos tributos IOF, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL e seus valores consolidados encontram-se abaixo detalhados:

Origem	Valor original	Juros	Multa de ofício e mora	Multa isolada	Valor Homologado	Valor das antecipações
PGFN	R\$ 4.534	R\$ 9.043	R\$ 1.360	R\$ 123	R\$ 15.060	R\$ 5.999
RFB	R\$ 1.542	R\$ 2.095	R\$ 463	-	R\$ 4.100	R\$ 1.658
RFB Previdenciários	R\$ 14.041	R\$ 4.563	R\$ 632	-	R\$ 19.236	R\$ 3.437

Na adesão ao programa, a Companhia desistiu das respectivas ações judiciais e administrativas de contestação dos débitos em razão das reduções das multas de mora e de ofício e dos juros de mora previstas em lei e parcelou o valor relativo ao principal em 179 meses (PGFN e RFB) e 119 meses (RFB - Previdenciários), sujeitos à incidência de atualização pela taxa SELIC.

Notas Explicativas

Todas as exigências previstas na legislação foram atendidas quando da opção pela adesão ao programa, restando a homologação do encerramento dos processos pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, procedimento que ocorrerá após a liquidação das parcelas remanescentes.

22 Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia constituiu provisão para contingências mediante análises das demandas judiciais pendentes em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. Não houve movimentações relevantes para o período findo em 30 de junho de 2016.

a. Composição da conta

	2016	2015
Administrativas	183	183
Cíveis	1.073	1.073
Trabalhistas	1.506	1.506
Total	2.762	2.762

O valor provisionado referente às contingências cíveis acima descritos são formados por causas cujos valores individuais pulverizados e são decorrentes, principalmente, da provocação de danos morais e/ ou materiais ocorridos em duas situações: relações consumeristas e ocorrência de assaltos no interior de nossas lojas.

O saldo das contingências trabalhistas acima descritos são formados por causas cujos valores individuais pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha demandas judiciais cíveis, trabalhistas e administrativas, classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível no montante de R\$ 27.430 para as quais não foram constituídas provisões conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil. As causas tributárias/fiscais remontam um total de R\$ 140.403, todas classificadas como possíveis de perda, mas ao mesmo tempo a Companhia detém causas ativas correlacionadas, em grande parte, com essas causas passivas, no montante de R\$ 154.691, consideradas com risco possível de ganho.

b. Movimentação dos processos no período

	Saldo inicial 31.12.15	Adição a provisão	Reversão a provisão	Utilização da provisão	Saldo final 31.12.16
2016					
Administrativas	183	-	-	-	183
Cíveis	1.073	-	-	-	1.073
Trabalhistas	1.506	-	-	-	1.506
Total	2.762	-	-	-	2.762

Notas Explicativas

2015	Saldo inicial 31.12.14	Adição a provisão	Reversão a provisão	Utilização da provisão	Saldo final 31.12.15
Administrativas	475	33	(325)	-	183
Cíveis	990	933	(818)	(32)	1.073
Trabalhistas	2.129	8.708	(8.244)	(1.087)	1.506
Tributárias	36	-	(36)	-	-
Total	3.630	9.674	(9.423)	(1.119)	2.762

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 28 de dezembro de 2015 através de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado um aporte de capital na Companhia no valor de R\$ 440.084 subscrito pela General Atlantic Brasil Investimentos S.A. mediante a emissão de 42.726.580 novas ações ordinárias, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer Ônus ("Ações Subscritas"), ao preço de emissão de R\$ 10,30 (dez reais e trinta centavos) por ação, sendo (a) R\$ 1,00 (um real) por ação destinado ao capital social da Companhia; e (b) R\$ 9,30 (nove reais e trinta centavos) por ação destinado à reserva de capital da Companhia. Conforme cláusula 2.1.3 do Acordo de Investimentos entre a Companhia e a General Atlantic Brasil Investimentos S.A., o investidor obriga-se a integralizar as Ações Subscritas até 20 de abril de 2016, em moeda corrente nacional, mediante transferência de fundos imediatamente disponíveis para a conta corrente de titularidade da Companhia. O referido montante foi totalmente integralizado conforme mencionado na nota explicativa em 20 de abril de 2016.

Dessa forma, a Companhia baseada no conceito de "direito contratual" entende que o recebível atrelado ao capital integralizado pode ser reconhecido.

Portanto, em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social perfaz um total de R\$ 382.727, representado por um total de 342.726.580 ações ordinárias.

b. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2015 a reserva de ágio na emissão de ações totaliza um montante de R\$ 397.357, conforme celebração do Acordo de Investimentos entre Empreendimentos Pague Menos S.A. e General Atlantic Brasil Investimentos S.A. e, respectivo Boletim de Subscrição.

Em 29 de abril de 2016 o custo do emissão dos títulos e valores mobiliários referentes a emissão das ações secundárias foi registrado como conta redutora do reserva de ágio na emissão de ações totaliza um montante de R\$ 385.966 em 30 de junho de 2016.

c. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o exercício findo em 2015 o montante de R\$ 2.419 foi destinado para a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de reserva legal é de R\$ 28.833.

Reserva de incentivo fiscal

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na nota explicativa 24 - Subvenção governamental. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo do incentivo fiscal foi de R\$ 90.592.

Do montante apurado de incentivo fiscal para o exercício corrente findo em 31 de dezembro de 2015 foram destinados para reserva de incentivo fiscal R\$ 2.019 do saldo de Lucros Acumulados. Para exercício seguinte findo em 31 de dezembro de

Notas Explicativas

2016 deverá ser destinado do Lucro Acumulado o valor dos incentivos fiscais do próprio exercício vigente e, adicionalmente, o montante de R\$ 72.625 remanescente do exercício de 2015.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajuste de avaliação patrimonial são realizados em contrapartida da conta de lucros acumulados, integral ou parcialmente, quando da depreciação ou alienação dos ativos a que elas se referem. O montante de realização no exercício findo em 30 de junho de 2016 é de R\$ 46 (R\$ 83 em 2015).

e. Remuneração aos acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio)

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº. 6.404/76, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei. O montante dos juros sobre capital próprio será atribuído ao dividendo obrigatório.

As remunerações aos acionistas referentes ao exercício de 2015 foram pagas em forma de Juros sobre capital próprio conforme previsto em estatuto social da Companhia.

A Companhia efetuou no exercício o cálculo dos juros sobre capital próprio anualmente e de acordo com os limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95. O montante creditado, por proposta do Conselho de Administração, para o exercício de 2015, foi de R\$ 27.456.

O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, porém, para fins societários e contábeis, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado (dividendos) diretamente no patrimônio líquido, não afetando o resultado do exercício, nos termos da Deliberação CVM 207/96.

A distribuição de dividendos através dos juros sobre capital próprio já contempla o mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

	2015
Lucro líquido	30.939
(-) Reserva legal	(1.547)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(2.019)
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	83
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	27.456
Dividendos mínimos obrigatórios	25%
Dividendo anual - mínimo obrigatório	6.864
Juros sobre capital próprio calculado	27.456
Juros sobre capital próprio - limite do mínimo obrigatório	6.864
Juros sobre capital próprio - excedente ao mínimo obrigatório	20.592
Dividendos adicionais propostos	-

A parcela do dividendo excedente ao mínimo obrigatório, incluindo o valor que foi calculado e distribuído sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme demonstrado acima, está sendo destinado para a reserva de dividendos adicionais propostos conforme preconizado pela Interpretação do Pronunciamento Contábil - ICPC 08.

O juro sobre capital próprio calculado e provisionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi, em parte, distribuído antecipadamente em 28 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 19.370, líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte. O saldo da pagar de juros sobre capital próprio calculado em 31 de dezembro de 2015 remanesce em R\$ 3.967. Em 30 de junho de 2016 não há saldo a pagar de juros sobre capital próprio.

Notas Explicativas

24 Lucro líquido por ação

Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia em 30 de junho de 2016 e 2015 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação, conforme o quadro abaixo:

	30.06.2016	30.06.2015
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas	24.947	67.973
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício (lote de mil)	342.727	300.000
Resultado por ação básico e diluído- R\$	0,08	0,23

25 Subvenção governamental

A Companhia possui um regime especial de tributação (RET) relativo à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS), concedido pelo Estado do Ceará, que implica na redução do ICMS devido, ao próprio Estado do Ceará, por substituição tributária nas operações dentro do Estado.

O referido regime tem como objetivo substituir o ressarcimento que é garantido por lei para as mercadorias transferidas para outras unidades da federação e garante que seja recolhido o complemento de ICMS por uma carga líquida correspondente a 3,27%, 6% ou 8,5%, dependendo da alíquota dentro do Estado do Ceará aplicável à mercadoria (se 7%, 12% ou 17%, respectivamente).

Tais percentuais substituem os percentuais de carga líquida, normalmente aplicáveis, previstos nos artigos 546 a 548-H do Decreto Cearense nº. 24.569, de 31 de julho de 1997 (Regulamento do ICMS do Estado do Ceará), que são os seguintes: (i) de 2,7%, 4,7% ou 6,8%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 7%; (ii) de 4,6%, 8,1% ou 11,6%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 12%; e (iii) de 6,5%, 11,5% ou 16,5%, também a depender da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 17%.

A Companhia tem atendido sistematicamente às exigências do Termo de Acordo de Regime Especial de Tributação, que basicamente são: (i) o aumento do volume de arrecadação do ICMS; (ii) incremento da geração de empregos; (iii) aquisição de ativo imobilizado; (iv) abertura de novas lojas; e (v) a observância quanto às vedações ao ressarcimento previsto no referido Termo de Acordo. Esses itens dependem apenas da atuação da Companhia, os quais vêm sendo atingidos. Esse Regime Especial de Tributação tratado como subvenção governamental é reconhecido no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas.

Esta subvenção vem sendo concedida ao longo dos últimos 10 anos e sua última prorrogação, concedida por mais um ano, em 1º de junho de 2016 retroativa ao último vencimento, com vigência até 31 de maio de 2017. A Companhia apurou o montante de R\$ 25.257 de subvenções governamentais referentes ao RET no Estado do Ceará no período findo em 30 de junho de 2016 (R\$ 21.630 no primeiro semestre de 2015).

A Companhia também possui um regime especial de tributação relativo à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS), concedido pelo Estado de Goiás, limitando os créditos de ICMS nas aquisições interestaduais de mercadorias ao percentual de 7%, permitindo ainda o estorno de parte dos débitos de ICMS nas operações interestaduais de transferências e devidamente formalizado através do Termo de Acordo de Regime Especial entre a Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás e a Companhia, conforme o amparo no Decreto nº. 4.852/97.

Esta subvenção foi concedida em 25 de abril de 2014, com prazo de vigência indeterminado, desde que a Companhia cumpra as metas de recolhimento e pagamento do ICMS normal devido ao Estado de Goiás. Esse Regime Especial de Tributação tratado como subvenção governamental é reconhecido no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas.

Notas Explicativas

A Companhia apurou o montante de R\$ 16.369 de subvenções governamentais referentes ao RET no Estado de Goiás no período findo em 30 de junho de 2016 (R\$ 13.046 no primeiro semestre de 2015).

Os valores apurados das subvenções governamentais são tratados como incentivos fiscais e, dessa forma, devidamente apropriados em conta de reserva, destinados anualmente para a reserva de incentivo fiscal.

26 Receita operacional líquida

A receita da Companhia engloba o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e, como atividade secundária, o recebimento de contas como correspondente bancário. Abaixo, apresentamos a formação da Receita operacional líquida:

	30.06.2016 2º tri	30.06.2015 2º tri	30.06.2016 Acumulado	30.06.2015 Acumulado
Receita operacional bruta	1.440.036	1.210.672	2.750.753	2.357.895
Venda de mercadoria	1.447.842	1.208.029	2.765.039	2.352.728
Serviços prestados	5.301	2.643	10.285	5.167
Ajuste a valor presente	(13.107)	-	(24.571)	-
Deduções	(60.624)	(46.376)	(116.031)	(90.246)
Impostos sobre vendas	(50.872)	(38.273)	(97.730)	(74.799)
Devoluções e abatimentos	(9.752)	(8.103)	(18.301)	(15.447)
Receita operacional líquida	1.379.412	1.164.296	2.634.722	2.267.649

27 Custo das mercadorias vendidas

	30.06.2016 2º tri	30.06.2015 2º tri (reapresentado)	30.06.2016 Acumulado	30.06.2015 Acumulado (reapresentado)
Custo das mercadorias vendidas				
CMV	(924.764)	(778.995)	(1.794.363)	(1.532.042)
Custos operacionais dos Centros de Distribuição*	(12.695)	(12.972)	(26.608)	(25.024)
Depreciação e amortização	(1.923)	(1.760)	(3.785)	(6.440)
	(939.382)	(793.727)	(1.824.756)	(1.563.506)

(*) Os custos operacionais dos Centros de Distribuição abrange todas as despesas com pessoal, com ocupação, com utilidades e serviços, impostos, taxas e contribuições e despesas gerais referente as operações dos Centros de Distribuição.

28 Despesas com vendas, gerais e administrativas

	30.06.2016 2º tri	30.06.2015 2º tri (reapresentado)	30.06.2016 Acumulado	30.06.2015 Acumulado (reapresentado)
Despesas com vendas				
Despesas de vendas e marketing	(26.398)	(25.954)	(51.501)	(49.240)
Despesas operacionais das Lojas*	(245.403)	(199.896)	(478.456)	(391.219)
Depreciação e amortização	(11.468)	(4.456)	(13.742)	(15.522)
Total	(283.269)	(230.306)	(543.699)	(455.981)
Despesas administrativas e gerais				
Despesas com pessoal	(53.442)	(22.903)	(82.279)	(44.573)
Despesas gerais	(18.667)	(14.352)	(34.320)	(26.795)
Depreciação e amortização	1.027	(3.073)	(6.158)	(6.538)
Total	(71.082)	(40.328)	(122.757)	(77.906)

Notas Explicativas

(*) As despesas operacionais das lojas abrangem todas as despesas com pessoal, com ocupação, com utilidades e serviços, impostos, taxas e contribuições e despesas gerais referente ao funcionamento das lojas.

29 Receitas e despesas financeiras

	30.06.2016 2º tri	30.06.2015 2º tri (reapresentado)	30.06.2016 Acumulado	30.06.2015 Acumulado
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	15.961	5.729	25.191	11.108
Ganhos com operações de <i>swap</i> - AVM	38.012	32.679	55.096	121.448
Valor justo de financiamentos e empréstimos designados para <i>Hedge Accounting</i>	25.717	-	69.380	-
Ajustes a valores presentes - AVP	11.544	-	16.532	-
Variação cambial	97.474	51.889	209.952	52.258
Outros juros	1.266	568	2.005	972
Total de receita financeira	189.974	90.865	378.156	185.786
	30.06.2016 2º tri	30.06.2015 2º tri (reapresentado)	30.06.2016 Acumulado	30.06.2015 Acumulado
Despesas financeiras				
Juros	(15.575)	(17.845)	(34.150)	(35.428)
Perdas com operações de <i>swap</i> - AVM	(127.281)	(56.037)	(237.401)	(56.146)
Valor justo de financiamentos e empréstimos designados para <i>Hedge Accounting</i>	(28.036)	-	(77.712)	-
Comissões, despesas bancárias, IOF e outros	(6.312)	(340)	(6.959)	(820)
Juros ativados de CPC 20	956	-	2.048	-
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(4.785)	-	(9.174)	-
Ajustes a valores presentes - AVP	(37.640)	(21.592)	(75.971)	(39.371)
Variação cambial	(30.264)	(35.083)	(62.749)	(132.009)
Total de despesa financeira	(248.937)	(130.897)	(502.068)	(263.774)
Resultado financeiro	(58.963)	(40.032)	(123.912)	(77.988)

Os valores de R\$ 30.329 e R\$ 34.144 em 30 de junho de 2016 e 2015, respectivamente, são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa e referem-se aos juros de debêntures, financiamentos e empréstimos, estes saldos compõem o valor acima apresentado na linha de Juros, como Despesas financeiras. Os demais valores que compõem a conta de Juros referem-se a juros diversos de duplicatas pagar em atraso.

30 Instrumentos financeiros, contabilidade de *hedge* e gerenciamento de risco

Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia referem-se a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, operações de *swap*, financiamentos e empréstimos e debêntures.

Estrutura e gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando

Notas Explicativas

assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em suas debêntures (cláusulas restritivas).

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco revisando e estabelecendo políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Exposição a riscos de crédito

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 458.284 em 30 de junho de 2016 (R\$ 296.744 em 31 de dezembro de 2015), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos em instituições financeiras sólidas classificadas com *ratings*, a saber:

Instituição Financeira	Agência FITCH
Banco do Nordeste S.A.	AA+
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA
Banco Bradesco S.A.	AAA
Banco Santander do Brasil S.A.	AAA
Banco do Brasil S.A.	AA+
Banco Safra S.A.	AA+

Contas a receber

A Administração entende que a Companhia possui baixo risco de crédito, pois sua carteira de clientes é composta de consumidores finais, não possuindo qualquer cliente que exceda o limite de 10% da receita bruta e as suas vendas são efetuadas, em sua grande maioria, à vista (dinheiro), portanto sem risco, ou via cartões de crédito ou débito, cujos repasses são responsabilidade das administradoras de cartões.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras de cartões de crédito, este é controlado através de um rigoroso processo de conciliação entre faturamento e recebimento diário. A Companhia opera com administradoras de primeira linha e líderes de mercado, como a Cielo, também com *rating* AAA de escala nacional. Por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito investindo apenas em títulos com alta liquidez e de instituições financeiras de primeira linha, líderes de mercado. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos das instituições financeiras em que opera. Por isso, a Administração entende que tal risco seja baixo.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

Notas Explicativas

	30.06.2016	31.12.2015
A vencer		
1 a 30 dias	205.596	175.902
31 a 60 dias	100.389	76.062
61 a 90 dias	45.219	35.586
Acima de 90 dias	31.279	21.268
Total	382.483	308.818

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia encontre dificuldades para cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia acompanha minuciosamente seu fluxo de caixa através de testes de estresses diários, o que permite, além do cumprimento das obrigações financeiras, a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, para rentabilizar as sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros, incluindo eventuais juros reconhecidos até a data-base das informações trimestrais estão demonstradas a seguir:

	Valor Contábil	Valor Contratual	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 30 de junho de 2016						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	458.284	458.284	458.284	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota 8)	354.251	354.251	354.251	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (nota 16)	828.336	828.336	828.336	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (nota 17)	677.704	624.250	319.214	208.884	64.952	31.200
Debêntures (nota 18)	144.670	145.900	70.849	35.315	38.507	-
Arrendamento operacional (nota 19)	8.453	582.191	152.030	208.567	114.063	107.531
Em 31 de dezembro de 2015						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	296.744	296.744	296.744	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota 8)	339.015	339.015	339.015	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (nota 16)	745.049	745.049	745.049	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (nota 17)	795.641	762.018	314.944	298.260	122.691	26.123
Debêntures (nota 18)	224.126	224.000	114.667	71.333	38.000	-
Arrendamento operacional (nota 19)	15.486	587.394	148.215	136.120	206.226	96.833

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, todos os riscos de mercados, acima citados, estão mitigados e referem-se aos riscos relacionados ao aumento dos preços dos medicamentos e às oscilações das taxas de juros e de câmbio.

Gestão de capital

Notas Explicativas

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas. A Administração não possui planos relacionados à remuneração de seus empregados por meio de pagamento baseado em ações ou opções.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

Risco de oscilação nos preços

O risco relacionado ao aumento dos preços das mercadorias junto aos fornecedores e laboratórios está mitigado, pois a situação é controlada pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED, ou seja, o aumento de preços ocorre apenas anualmente.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 30 de junho de 2016 (saldo contábil tendo por base o CDI de fechamento 14,13% a.a.) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção do CDI considerando o fechamento base de 30 de junho de 2016, de acordo com a curva de juros da BM&F Bovespa para o CDI (entre janeiro de 2016 e janeiro 2029) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 30 de junho de 2016:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(13.224)	30	(430)	(889)
Debêntures	Alta do CDI	(144.670)	1.433	(3.320)	(8.072)
Aplicações financeiras e TVM	Baixa do CDI	432.589	-	(15.281)	(30.562)

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 30 de junho de 2015:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(42.425)	(7)	(1.474)	(3.216)
Debênture	Alta do CDI	(283.834)	954	(8.610)	(18.174)
Aplicações financeiras e TVM	Baixa do CDI	245.358	-	(8.473)	(16.947)

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2015:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(28.119)	(529)	(1.588)	(2.646)
Debêntures	Alta do CDI	(224.126)	(5.828)	(14.670)	(23.512)
Aplicações financeiras e TVM	Baixa do CDI	138.919	-	(3.577)	(8.488)

Notas Explicativas

De acordo com as análises apresentadas, a Companhia apuraria despesa nos cenários Provável, I e II. A Companhia não sensibiliza a exposição da dívida à TJLP por considerar que as análises de sensibilidades não são representativas. O saldo da dívida exposto em TJLP é de R\$ 73 em 30 de junho de 2016 (R\$ 134 em 31 de dezembro de 2015). A administração não utiliza este saldo para administrar os riscos financeiros da Companhia.

Risco cambial

Sobre o risco proveniente das oscilações das taxas de câmbio sobre a carteira de empréstimos em moeda estrangeira a Companhia utiliza-se de *swaps* tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras. Essas operações estão casadas em termos de instituição bancária, valor, prazos e taxas de juros.

Portanto, a Companhia não fica sujeita ao risco de aumento ou decréscimo dólar, em virtude de ter trocado a sua ponta passiva por CDI + *spread*, transformando assim, o custo da dívida (vide nota explicativa 17) para moeda e taxa de juros locais, variando entre 0,93% a 2,60% do CDI. Esses contratos possuem, em 30 de junho de 2015, um valor de referência de R\$ 545.212 (R\$ 665.998 em 31 de dezembro de 2015). Para não sofrer o impacto da contabilização a valor justos desses *swaps*, a Companhia, em 1º de julho de 2015 adotou a contabilidade de *hedge*, e mensura os financiamentos e empréstimos, os quais seriam contabilizados ao custo amortizado, a valor justo, ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge* designados, explanado em tópico específico a seguir.

A Companhia tem a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem. E ainda, a Companhia adota a política de balancear suas transações atreladas a taxas de juros fixas e variáveis nos seus contratos de empréstimos, para que não haja exposição significativa a nenhuma das duas modalidades.

O saldo do *swap* no balanço patrimonial da Companhia é demonstrado a seguir:

Saldo <i>swap</i>	30.06.2016	31.12.2015
Ativos em moeda estrangeira - saldo ativo de <i>swaps</i>	11.163	227.711

Mesmo considerando que a exposição da Companhia ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de *swaps* tradicionais e contabilidade de *hedge*, contratados para proteção cambial, e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a variação do dólar frente ao Real em decorrência da atual condição de mercado não causa efeitos relevantes nas informações trimestrais da Companhia, a Companhia apresenta a seguir as análises de sensibilidade cambial para fins de cumprimento de divulgação.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Em 30 de junho de 2016 (Despesa financeira)	Baixa do US\$	-	(129.041)	(280.429)
Em 30 de junho de 2015 Receita/(Despesa) financeira	Baixa do US\$	-	14.314	(171.145)
Em 31 de dezembro de 2015 (Despesa financeira)	Baixa do US\$	-	(233.628)	(467.257)

Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos

a. Classificação contábil e valores justos dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de

Notas Explicativas

2016 e 31 de dezembro de 2015 estão identificados a seguir:

Descrição	30.06.2016		31.12.2015	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa	458.284	458.284	296.744	296.744
Arrecadação de recursos de terceiros	7.723	7.723	9.482	9.482
Contas a receber de clientes	401.542	401.542	339.015	339.015
Outros investimentos	3.092	3.092	2.977	2.977
Outros passivos financeiros				
Fornecedores	(676.444)	(676.444)	(628.383)	(628.383)
Financiamentos e empréstimos	(520.316)	(553.875)	(299.178)	(354.929)
Debêntures	(144.670)	(143.999)	(224.126)	(222.965)
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo				
Financiamentos e empréstimos designados para <i>Hedge Accounting</i>	-	-	(434.641)	(427.330)
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	(157.288)	(158.867)	(188.385)	(188.945)
Valor justo - instrumentos de <i>Hedge</i>				
<i>Swaps</i> de câmbio - saldo ativo	11.173	11.173	227.711	227.711

b. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo e não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, sendo o valor contábil considerado como uma aproximação razoável do valor justo.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Descrição	30.06.2016		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Financiamentos e empréstimos		(553.875)	
Financiamentos e empréstimos designados para <i>Hedge Accounting</i>		-	
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>		(158.867)	
Debêntures		(143.999)	
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo <i>swaps</i>		11.173	
Descrição	31.12.2015		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Financiamentos e empréstimos	-	(354.929)	-
Financiamentos e empréstimos designados para <i>Hedge Accounting</i>		(427.330)	
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>		(188.945)	
Debêntures	-	(222.965)	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo <i>swaps</i>	-	227.711	-

Não houve transferências entre os níveis para os exercícios apresentados.

Notas Explicativas

c. *Mensuração do valor justo*

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Abaixo detalham-se as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2, assim como os inputs significativos não observáveis utilizados

Financiamentos e empréstimos e Debêntures - Outros passivos financeiros

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos e debêntures atrelados à TJLP e ao CDI, e ainda àqueles que possuem taxas pré-fixadas. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2016 e 2026, apurados na data de apresentação das informações trimestrais.

Financiamentos e empréstimos designados para Hedge Accounting

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos relacionados ao risco objeto de *hedge*, ou seja, aos *swaps* contratados pela Companhia que satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um *spread* o qual reflete a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado.

Financiamentos e empréstimos designados a Fair Value

Essa categoria inclui financiamentos e empréstimos designados desde a sua contratação inicial a valor justo que satisfazem os critérios de classificação definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O valor justo desses passivos é baseado através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se o cupom cambial acrescido de um *spread* o qual é obtido em cotação com as instituições financeiras para refletir a mudança do cenário de risco da Companhia no período descontado.

Instrumentos financeiros derivativos (Swaps)

Essa categoria inclui os *swaps*, contratados pela Companhia que satisfazem ou não os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração.

d. *Instrumentos financeiros derivativos - swaps*

As operações com *swap* estão impactando o grupo de Financiamentos e empréstimos (vide nota explicativa 17) com seus efeitos registrados nas receitas e despesas financeiras (vide nota explicativa 29).

Com o objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações do câmbio foram realizadas operações de *swap* para converter as dívidas indexadas ao dólar para CDI.

A Companhia recebe juros variáveis entre 1,76% a 5,95% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga entre 0,93% a 2,60% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do exercício, nas contas de receitas e despesas com operações de *swap*.

Para o período findo em 30 de junho de 2016 (perda de R\$ 182.305) e em 30 de junho de 2015 (ganho de R\$ 65.301). Em 31 de dezembro de 2015 (ganho de R\$ 205.813).

Notas Explicativas

	Valor Principal (R\$ mil)			
Fluxo	30.06.2016	31.12.2015	Índice	Taxa a.a.
Swap CDI vs. Taxa Flutuante em US\$				
Ativo	53.221	934.512	US\$ +	1,76% a 5,95%
Passivo	42.048	706.801	CDI +	0,93% a 2,60%
Valor Justo do Swap	11.173	227.711		

Instrumentos financeiros derivativos - hedge accounting

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 1º de julho de 2015, e os vencimentos dos *swaps* relacionados ocorrerão entre 2016 e 2018. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía 12 (doze) contratos de empréstimos e financiamentos na modalidade 4131 vinculados aos seus respectivos *swaps*. Na avaliação da efetividade dos *hedges*, a Administração concluiu que cinco contratos continuavam a ser considerados como efetivos, portanto, mensurados a valor justo por meio do resultado. Para os três novos empréstimos em moeda estrangeira na modalidade 4131 captados no último trimestre de 2015 a Companhia decidiu classificar a própria dívida pelo valor justo (*Fair Value Option*) também mensuradas a valor justo por meio do resultado.

Em 30 de junho de 2016, os contatos remanescentes vinculados a contabilidade de *hedge* foram considerados como inefetivos.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) dos Financiamentos e empréstimos atrelados a instrumento de *Hedge* considerados como efetivos.

Descrição	30.06.2016			
	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	(157.288)	(158.867)	(12.632)	5.321
Financiamentos e empréstimos designados para <i>Hedge accounting</i> - contratos efetivos	-	-	(4.519)	3.499
Descrição	31.12.2015			
	Valor contábil	Valor justo	Ajuste (perda)	Ajuste ganho
Financiamentos e empréstimos designados a <i>Fair Value</i>	(188.385)	(188.945)	(961)	401
Financiamentos e empréstimos designados para <i>Hedge accounting</i> - contratos efetivos	(434.641)	(427.330)	-	7.311

* * *

Mario Henrique Alves de Queirós
Diretor-presidente, Relações com investidores e Financeiro

Josué Ubiraniilson Alves

Notas Explicativas

Diretor Vice-presidente

Carlos Henrique Alves de Queirós
Diretor de Expansão e Novos negócios

Patriciana Maria de Queirós Rodrigues
Diretora Comercial

Edson de Arruda Câmara Júnior
Diretor de Operações

Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes
Diretor de Sistemas e Logística

Marcos Ezequias Cavalcante Costa
Contador CRC CE 8408

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais

Aos
Administradores e Acionistas da
Empreendimentos Pague Menos S.A.
Fortaleza - CE

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nesta data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2400 - Trabalhos de Revisão de Demonstrações Financeiras e ISRE 2400 - Engagements to Review Historical Financial Statements, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 10 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016.

Fortaleza, 10 de agosto de 2016.

Mario Henrique Alves de Queirós
Diretor Presidente, Relações com Investidores e Financeiro

Josué Ubiraniilson Alves
Diretor Vice-Presidente

Carlos Henrique Alves de Queirós
Diretor de Expansão e Novos negócios

Patriciana Maria de Queirós Rodrigues
Diretora Comercial

Edson de Arruda Câmara Júnior
Diretor de Operações

Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes
Diretor de Sistemas e Logística

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Revisão Especial favorável sem ressalvas dos auditores independentes, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016.

Fortaleza, 10 de agosto de 2016.

Mario Henrique Alves de Queirós
Diretor Presidente, Relações com Investidores e Financeiro

Josué Ubiraniilson Alves
Diretor Vice-Presidente

Carlos Henrique Alves de Queirós
Diretor de Expansão e Novos negócios

Patriciana Maria de Queirós Rodrigues
Diretora Comercial

Edson de Arruda Câmara Júnior
Diretor de Operações

Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes
Diretor de Sistemas e Logística